



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**A SINTAXE DO DATIVO EM ESTRUTURAS COM VERBOS CAUSATIVOS NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Manoel Bomfim Pereira

Brasília – DF
2013



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**A SINTAXE DO DATIVO EM ESTRUTURAS COM VERBOS CAUSATIVOS NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Manoel Bomfim Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE em Linguística.

Orientadora: **Prof.^a Dra. Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles**

Brasília – DF
2013

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles - UnB

Orientadora

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho – UniCEUB
Membro Externo

Profa. Dra. Eloisa Nascimento Silva Pilati – UnB
Membro Interno

Profa. Dra. Rozana Reigota Naves – UnB
Suplente

Aos meus pais, Elmino Pereira (in memoriam) e Tereza Batista dos Santos, pelo apoio em todas as decisões de minha vida, pelo respeito silencioso e pelo amor incondicional; ao meu 'segundo pai', Sebastião Batista Santos – Tio Tião, por acreditar em mim; às minhas irmãs, Lídia Maria, Rita Carla e Ana Maria, por seu carinho para comigo durante toda a vida; aos meus irmãos, Pedro Hermes, Aloísio e Manoel Aparecido, por todo apoio dado; ao Paulo André de Jesus, querido companheiro.

AGRADECIMENTOS

À inspiração Divina, quase palpável nos piores momentos de incertezas;

A toda minha família, pelo amor e pela confiança em mim sempre depositado;

Aos meus amigos e amigas, Keila e Thiago, Camila, Indira e Alan, Wellington Soares, Tatiane Lima, Euler Carvalho, pelo simples fato de existirem, suportarem as horas ingratas e, mesmo assim, permanecerem em minha vida;

À professora e amiga querida Maria da Glória Reis da Silva, que primeiro me mostrou os encantos da linguagem e o real valor de uma graduação em Letras;

À professora Maria da Conceição Fonseca-Silva, pelo exemplo admirável de linguista socialmente engajada e de luta compromissada contra todas as formas de preconceito e, principalmente, por me fazer acreditar no 'fogo' do conhecimento;

À professora e grande exemplo Telma Moreira Viana Magalhães, pela introdução à Teoria Gerativa, pelo exemplo de pesquisadora;

À professora e grande exemplo de luta por ideais, Marian Oliveira, por ter acreditado em meu potencial, desde o primeiro semestre de graduação;

À minha orientadora, Professora Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles, que me deu a maior lição neste tão curto período de estudo, o profundo e ativo respeito pelo outro e pela ciência;

Aos colegas do Mestrado em Linguística, e agora amigos e amigas, Isabella, Ramon, Júnia, Daniel e Ana Gabriela, por compartilharem comigo as constantes dúvidas e inseguranças, mas também momentos de muita alegria;

Às secretárias do Departamento, Ângela e Renata por todo apoio dado;

Aos professores Dr. Marcus V. da S. Lunguinho (UniCEUB), Dr^a Eloisa N. da S. Pilati (UnB) e Dr^a Rozana R. Naves (UnB), membros da comissão examinadora;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, que, de uma maneira ou de outra, colaboraram com a efetivação desta pesquisa;

À Universidade de Brasília – UnB e ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP, o lugar que represento com orgulho.

À CAPES por me proporcionar o raro prazer da dedicação exclusiva ao estudo durante o período de mestrado;

“Onde queres dinheiro sou paixão,
Onde queres descanso sou desejo...”

Caetano Veloso

"Um cientista de Marte observando as estranhas ações aqui na Terra dificilmente deixaria de ficar impressionado com a emergência e a significação dessa forma de organização intelectual aparentemente única. Mais natural ainda é que o tema, com seus muitos mistérios, tivesse estimulado a curiosidade daqueles que procuram compreender sua própria natureza e seu lugar no conjunto maior das coisas do mundo..."

Noam Chomsky

RESUMO

Esta dissertação se propõe investigar estruturas com verbos causativos e a sintaxe inovadora do objeto indireto no Português Brasileiro (PB), tomando como referência o quadro teórico gerativista. O estudo se pauta na análise das propriedades sintáticas e semânticas das construções causativas no PB, incluindo-se propriedades contrastivas dos diferentes verbos causativos. Em particular, buscamos demonstrar que as propriedades inovadoras do OD e OI dativo no PB têm implicações para a realização da construção causativa nessa língua, restringindo sua manifestação, na comparação com o português europeu, e com fases diacrônicas anteriores. Em línguas com a subida do clítico, o *causee* é realizado (obrigatoriamente) no domínio (funcional) do causativo, o que pressupõe *reestruturação* dos predicados (causativa FI: *João* [_v *me/lhe* [*mandou...* [_v [*ver o quadro*]]]; causativa ECM: *João* [_v *me/o* [*mandou...* [_v [*ver o quadro*]]]; na ausência desse movimento, o *causee* é realizado (obrigatoriamente) na posição de sujeito do predicado encaixado, sendo licenciado de duas maneiras: (i) pelo ‘v’ do predicado mais alto, mediante *reestruturação*; (ii) pelo IP do predicado encaixado, o qual licencia o caso nominativo na presença do infinitivo flexionado (*João* [*mandou ...* [_{IP} *os meninos/ eles verem o quadro*]]), ocorrendo o chamado controle reverso (*backward control*), entre o argumento na posição de sujeito encaixado e o argumento interno (implícito) do verbo causativo (causativa Inf-Flex). Seguindo estudos prévios, assumimos a cisão do sistema pronominal no PB vernacular, em que os clíticos pronominais *o(s)/a(s)* e *lhe(s)* não estão disponíveis, sendo a função de objeto direto realizada pelo pronome forte *ele(s)/ela(s)*, e a função de objeto indireto pelo sintagma preposicional (*para/a ele(s)/ela(s)*), embora mantenham-se os clíticos de 1ª e 2ª pessoa (*me/ te*), e ainda *lhe* de 2ª pessoa, sincreticamente na função de OD e OI. Diante disso, nossa hipótese é a de que, na 3ª pessoa, o *causee* é licenciado obrigatoriamente na posição de sujeito do predicado subordinado, na configuração ECM ou Inf-Flex – dependendo da presença ou não da flexão do infinitivo. Na 1ª e 2ª pessoas, tem-se obrigatoriamente a subida do clítico, o qual é licenciado na configuração ECM, já que configuração FI é descartada, pela ausência da categoria dativo do sistema pronominal do PB.

Palavras-chave: *Causativas*. ECM. Controle reverso. Dativo.

ABSTRACT

This dissertation investigates the relation between causative constructions and the innovative syntax of indirect objects in Brazilian Portuguese (BP), under the theoretical approach of generative grammar. The study investigates the syntactic and semantic properties of causative constructions in this language, further considering contrastive properties of the different causative verbs. In particular, we aim at showing that the innovative properties of direct and indirect objects in BP has implications for the realization of the causative construction in this language, restricting its manifestation, as compared to European Portuguese and to previous diachronic periods. Under clitic climbing, the *causee* is obligatorily realized in the functional domain of the causative, implying predicate restructuring (FI causative: *João* [_v *me/lhe* [*mandou...* [_v [*ver o quadro*]]]; ECM causativa: *João* [_v *me/o* [*mandou...* [_v [*ver o quadro*]]]); in the absence of clitic climbing, the *causee* is realized in the subject position of the embedded predicate, being licensed by either: (i) the ‘v’ head of the embedded predicate, under *restructuring*; or (ii) the embedded IP, which licenses the nominative case under the presence of the inflected infinitive (*João* [*mandou ...* [_{IP} *os meninos/ eles verem o quadro*]]), implying the so-called *backward control*, between the argument in the subject position and the internal argument of the causative predicate (Inf-Flex causative). Following previous studies, we assume the pronominal split in vernacular BP, as 3rd person clitic pronouns *o(s)/a(s)* e *lhe(s)* are not available, the direct object being realized by the strong pronouns *ele(s)/ela(s)*, while the indirect object by the PP (*para/a ele(s)/ela(s)*), although 1st and 2nd person pronouns remain (*me/ te*), as well as *lhe* as a 2nd person pronoun, syncretically realizing the OD and IO function. Our hypothesis is that in the 3rd person, the *causee* is licensed in the subject position of the embedded predicate, in the ECM and Inf-Flex configurations – depending on the presence of the inflected infinitive. In the 1st and 2nd person, clitic climbing occurs, which is licensed in the ECM configuration, the FI configuration being discarded, as the dative category is absent in the pronominal system of BP.

Keywords: Causatives. ECM. Backward control. Dative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES DA COMUNIDADE DOS ALMEIDAS POR SEXO, FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE, ADAPTADO DE NASCIMENTO (2007).

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES DAS COMUNIDADES DE POMBAL, TRAÍRAS E ACABA VIDA/FAZ TUDO, POR SEXO, FAIXA ETÁRIA E ESCOLARIDADE, ADAPTADO DE NASCIMENTO (2007).

QUADRO 3 – PARADIGMA DAS FORMAS QUE EXERCEM FUNÇÃO DATIVA EM CONTEXTO BITRANSITIVO DA COMUNIDADE DE FALA DOS ALMEIDAS, ADAPTADO DE NASCIMENTO (2007).

QUADRO 4 – AS CAUSATIVAS DO PB E SUAS PROPRIEDADES

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VARIANTES POR FAIXA ETÁRIA, ADAPTADO DE NASCIMENTO (2007).

GRÁFICO 2 – REALIZAÇÃO DO DATIVO NO PE E NO PB, ADAPTADO DE CAVALCANTE E FIGUEIREDO (2010).

FIGURA 1 – ANÁLISE BACKWARD CONTROL, ADAPTADO DE FARRELL (1995).

FIGURA 2 – ANÁLISE DE ECM/RAISING, ADAPTADO DE FARRELL (1995).

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VARIANTES *PARA/A/Ø/CLÍTICO* NA COMUNIDADE DE FALA DOS ALMEIDAS, ADAPTADA DE NASCIMENTO (2007).

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VARIANTES *PARA/A/Ø/CLÍTICO* EM FUNÇÃO DA COMUNIDADE DE FALA, ADAPTADA DE NASCIMENTO (2007).

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS DATIVAS NAS ATAS, ADAPTADA DE CAVALCANTE FIGUEIREDO (2010).

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE TABELAS	11
SUMÁRIO	12
CAPÍTULO 1	14
INTRODUÇÃO	14
1.1 Apresentação do problema	14
1.2 Justificativa e relevância da pesquisa	17
1.3 Objetivos	19
1.4 Metodologia	20
1.5 Organização da dissertação	21
CAPÍTULO 2	22
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
2.1 Introdução	22
2.2 A Faculdade da Linguagem e a Gramática Gerativa	22
2.3 O Modelo de Princípios e Parâmetros	25
2.4 O Programa Minimalista	27
2.4.1 A noção de Caso dentro do Programa Minimalista	30
2.5 Estudos sobre Mudança Linguística	33
2.5.1 Mudança Sintática	33
2.6 Corpus	35
2.7 Síntese do capítulo	35
CAPÍTULO 3	37
A SINTAXE DO DATIVO NA COMPLEMENTAÇÃO: VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA	37

3.1	Introdução	37
3.2	A expressão canônica do dativo em português (padrão)	37
3.3	A sintaxe do dativo no PB vernacular (não padrão): estudos prévios	38
3.3.1	A codificação do dativo: uso de clíticos e de preposição a e para vs. a ausência de preposição	38
3.3.1.1	Gomes (2003): variação e mudança na expressão do dativo no dialeto do Rio de Janeiro	38
3.3.1.2	Nascimento (2007): um estudo sobre o dialeto da comunidade dos Almeidas – GO	40
3.3.1.3	Dantas (2007): a realização do OI dativo no dialeto de Fortaleza	45
3.3.1.4	Campos (2010): a realização do OI dativo no português culto falado em Belém	48
3.3.2	O ponto de vista diacrônico: a realização do OI dativo em atas escritas por africanos alforriados no Brasil oitocentista, no período de 1832-1842 (Cavalcante & Figueiredo 2009)	50
3.4	A sintaxe de pronomes complementos no PB	54
3.5	Síntese do capítulo	56
CAPÍTULO 4		58
A SINTAXE DO DATIVO NA ESTRUTURA CAUSATIVA		58
4.1	Introdução	58
4.2	A causativa românica	58
4.3	A causativa ECM	61
4.3.1	O fenômeno da reestruturação	63
4.4	Inovação e mudança linguística de construção causativa no PB	66
4.4.1	A causativa backward control	66
4.5	Construindo uma proposta de análise para as causativas do PB	71
4.5	Síntese do capítulo	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS		79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		80

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do problema.

Esta dissertação de Mestrado, denominada *A sintaxe do dativo em estruturas com verbos causativos no português brasileiro (PB)*, insere-se na linha de pesquisa Gramática: teoria e análise, no projeto de pesquisa História do Português Brasileiro no Centro-Oeste: das origens do latim à contemporaneidade.

Em consonância com as ideias de Chomsky, o presente estudo concebe a linguagem como parte da dotação biológica dos seres humanos (Chomsky, 2008), propondo-se, então, a uma dupla tarefa: descrever e analisar as propriedades sintáticas e semânticas de construções causativas com os verbos causativos '*mandar*', '*deixar*' e '*fazer*' e, ao mesmo tempo, compreender sua relação com a sintaxe do objeto direto (OD), por um lado, e do objeto indireto (OI), por outro, dada a hipótese de que há uma relação entre as construções causativas e a sintaxe do OD e OI dativo no PB (mais especificamente com a sintaxe do OI dativo). Busca-se, portanto, delinear uma pesquisa que tenha, segundo Chomsky (1998), “adequação descritiva” – explicação extensiva das propriedades gramaticais de uma língua particular – e “adequação explicativa” – explicação das propriedades gerais da Gramática Universal (GU).

O estudo se pautará inicialmente na análise das propriedades sintáticas e semânticas das construções causativas, destacando-se restrições determinadas pelos diferentes tipos de verbos. Em seguida, passamos a discutir sua relação com a sintaxe do OD e OI dativo do PB, cabendo, portanto, relacioná-las às propriedades da GU. Em particular, buscamos demonstrar que as propriedades inovadoras do OD e OI dativo no PB têm implicações para a realização da construção causativa nessa língua, restringindo sua manifestação, na comparação com fases diacrônicas anteriores e com o português europeu – o que permite discutir tais fenômenos em termos de uma mudança linguística.

Em um estudo preliminar, Pereira e Salles (2011) examinam a sintaxe das construções causativas do PB, considerando, particularmente, o licenciamento dessas estruturas em função do tipo de verbo causativo (*mandar*, *fazer*, *deixar*). Com essa análise, verificamos que os verbos causativos possuem propriedades sintáticas e semânticas que os distinguem uns dos outros. Por exemplo, o verbo '*mandar*' impõe restrição de agentividade ao *causee*, o que não ocorre com

‘fazer’ e ‘deixar’, em que a restrição é que o *causee* seja interpretado como origem (não agentivo) em relação à causação descrita, conforme ilustrado em (1a-c).

- (1) a. *O menino mandou as laranjas cair.
b. O pó fez os meninos espirrar.
c. O menino deixou as laranjas cair.

Demonstramos que existe restrição à ocorrência do verbo ‘fazer’ (e, por implicação, também ‘mandar’) na configuração em que o argumento do predicado encaixado é correferencial ao *causer*, o que pressupõe uma situação de reflexivização, conforme ilustrado em (2a-b)¹. Tal restrição não se aplica ao verbo ‘deixar’, conforme ilustrado em (3).

- (2) a. *Eu_i me_i fiz Ø_i [cair Ø_i].
b. Pedro_j me_i fez/ mandou [cair Ø_i].
(3) Eu me deixei cair.

É interessante notar que tal contraste ocorre nos casos em que o predicado encaixado é intransitivo (inacusativo ou inergativo)², já que predicados transitivos não permitem interpretação reflexiva – ainda que seja possível a correferencialidade (Eu me fiz/ deixei entender; Eu me *fiz/deixei correr).

1 A diferença entre verbos inacusativos e intransitivos diz respeito ao padrão de alinhamento com os argumentos que selecionam. Ambos os verbos possuem um único argumento. No entanto, o argumento do inacusativo é gerado na posição de argumento interno; e o argumento do inergativo, na posição de argumento externo (cf. (i) e (ii)).

- (i) Verbo Inacusativo: __ [VP V [NP/CP]].
(ii) Verbo Inergativo: __ [VP NP [v' V...]].

Verbos inacusativos são incapazes de atribuir caso acusativo ao seu argumento interno. Em termos da análise gerativista, conforme observado em Raposo (1992), ‘na estrutura profunda, o argumento interno recebe o papel temático e depois, na estrutura superficial, é movido para uma posição não temática de sujeito, para que lhe seja atribuído um caso, isto é, o caso nominativo, o que gera a sentença em (iii).

- (iii) [_{IP} João_i [_{I'} caiu _{ti}]]

2 O uso reflexivo do auxiliar causativo ‘fazer/mandar’ com predicado inacusativo parece ser possível se existe uma predicação secundária (cf. (i)):

- (i) ?Eu me fiz cair em descrédito.

Desse contraste, extraímos a observação de que, no contexto de correferencialidade, o uso do paradigma de pronomes reflexivos da construção causativa é obrigatório. Nesse contexto, não é possível a variante em que o *causee* é realizado como um pronome nominativo (mesmo que seja admitida a correferencialidade), diferentemente do que ocorre em contextos em que não há correferencialidade, como ilustrado a seguir:³

- (4) a. Eu me deixei cair/ Ele se deixou cair; *Eu deixei eu cair/ *Ele deixou ele cair.
b. Ele mandou/fez eu cair/correr.

A realização do *causee* como um clítico reflexivo contrasta com as construções em que não há correferencialidade, e o *causee* pode ser realizado como um pronome nominativo ou como um clítico acusativo no PB. De acordo com os estudos prévios sobre as construções causativas no PB, o uso do pronome forte (tônico) nominativo é uma opção produtiva, em substituição à estrutura com o clítico, denominada ‘causativa românica’, em que o *causee* é realizado como um clítico OD (acusativo) ou OI (dativo), conforme ilustrado em (5a) e (5b) e (6a) e (6b), respectivamente:

- (5) a. João mandou **os meninos** comer(em) o pão.
b. João mandou comer o pão **aos meninos**.
(6) a. João mandou **eles** comer(em) o pão.
b. João mandou-**lhes** comer o pão.

Nesse sentido, analisaremos também a configuração sintática do dativo OI, tendo em vista a hipótese de que há uma relação estreita entre as estruturas causativas do PB e a configuração na qual o OI dativo se apresenta nessa língua. Exploramos a hipótese de que uma mudança na sintaxe do OI dativo resultou também em uma mudança do mapeamento sintático das estruturas causativas do PB (cf. Bittencourt (1995); Borges (2008); Salles (2010)).

Dada à hipótese de que existe correlação entre a configuração sintática do OI dativo com as estruturas causativas, nossos dados deverão mostrar que, assim como no PB há restrição

³ Contraste entre os tipos de auxiliares causativos remete a questões interessantes de natureza semântica e morfossintática. No entanto, deixaremos o aprofundamento dessas questões para pesquisa futura.

para o licenciamento do OI pelo clítico dativo, o *causee* realizado pelo clítico (acusativo/dativo) deixou, então, de ser licenciado, uma vez que essa configuração não é mais licenciada na gramática da língua.

Na discussão, consideramos ainda a ocorrência no PB de construções bitransitivas em que o OI é realizado em uma configuração sem preposição, conforme ilustrado em (7), com dados do português rural, falado na região Centro-Oeste do Brasil:

- (7) a. (...) eu perguntei ele o que que foi
b. vô manda intregá ela o bolo quéa me pidiu

Os casos em (7a) e (7b) ilustram uma estrutura que pode ser comparada à de objeto duplo do inglês (*Mary gave John a book*), conforme proposto em vários estudos (cf. Ramos (1992), Scher (1996), Salles (1997), Torres Morais e Salles (2010), Salles e Ramos (2012)). Nessa abordagem, postula-se que a ocorrência da estrutura do objeto duplo no PB é determinada pelas mudanças no sistema pronominal, entre outros fatores, a serem discutidos posteriormente.

O que pretendemos, então, é buscar entender, entre outros fatores, que traços formais das categorias envolvidas na sintaxe do OD e do OI determinam as características da estrutura causativa.

1.2 Justificativa e relevância da pesquisa

Na literatura linguística, defende-se que o PB não possui estruturas causativas semelhantes à exemplificada em (5b) e (6b). Essas causativas são do tipo *Faire-Infinitive*, doravante FI, cujo mapeamento sintático demonstra tratar-se de predicados complexos, e são encontradas no francês e no português europeu (PE).

Cyrino (2010), ao tratar de predicados complexos, afirma que no PB não existem as construções do tipo FI, porque elas são um tipo de predicado complexo, ou seja, são estruturas que se organizam sob a forma de [verbo finito + verbo não-finito]. Para que este predicado complexo seja projetado, é necessário existir um ambiente sintático no qual um sistema de traços C-T seja defectivo. Cyrino afirma que o PB não tem um sistema C-T defectivo e, por isso, não apresenta um ambiente propício para a existência de um predicado complexo do tipo FI.

A formação do predicado complexo está associada a outro fenômeno da sintaxe de construções causativas, que é a subida do clítico, ilustrada em (8) e (9), em que o *causee* é realizado como pronome acusativo se o verbo encaixado é intransitivo, e como pronome dativo, se o verbo encaixado é transitivo.

(8) Pedro mandou-**o** sair

(9) Pedro mandou-**lhe** abrir a porta

Discutindo a perda da subida do clítico no Português Brasileiro, Cyrino sugere que o PB tinha construções do tipo FI, mas, com a perda das propriedades que permitem a formação do predicado complexo, perdeu-se também a subida do clítico. Considerando alguns autores, como, por exemplo, Martins (2006), Pagotto (2002), entre outros, no que se refere à história do PB, a linguista nos mostra que as estruturas causativas foram as primeiras a passarem por mudança, no que diz respeito à perda da subida dos clíticos. Desse modo, conforme a autora, as construções causativas do PB não são mais estruturadas como predicados complexos, na forma 'verbo causativo finito' + 'verbo infinitivo' (mediante uma configuração C-T, em que T tem traços defectivos). Em consequência, no PB moderno, ao invés de causativas FI, encontramos a causativa chamada por Cyrino (2010) de “make- causatives”. O fato interessante é que, de acordo com a autora, nessas sentenças, não se observa o fenômeno de Marcação Excepcional de Caso (do inglês *Exceptional Case Marking*, daqui em diante ECM), em que o *causee* é realizado na posição de sujeito do predicado encaixado, e é licenciado pelo verbo causativo, tendo em vista que a oração encaixada não é uma estrutura CP. Para endossar essa hipótese, Cyrino considera as propostas de Farrell (1995) e de Hornstein (2003), que se referem à instância de “backward control” (controle reverso), que, em síntese, significa: “se um pronome está presente na oração encaixada, e é marcado como nominativo, está ligado anaforicamente a uma categoria nula na oração principal”⁴. Essa proposição é representada pela sentença em (10).

(10) A menina mandou \emptyset_i [ele_i sair].

4 Conforme Cyrino (2010): “(...) if a pronoun is present in the lower clause: it is nominative marked, and it is anaphorically bound by a null category in the matrix clause”. (p. 1).

Cyrino argumenta ainda que a perda da subida do clítico no PB se deve ao fato de que “(...) the intervening non-defective non-finite T prevents clitic incorporation into the upper verb.” (p. 1). Ou seja, um T não-finito, não-defectivo, impede a incorporação do clítico no verbo superior.

Cyrino sugere que o PB tinha construções do tipo FI, ou seja, nessa língua também havia estruturas semelhantes aquelas em (5b), (6b), (8) e (9). No entanto, na abordagem da autora, a construção inovadora do PB, sendo do tipo ‘backward control’, é um desenvolvimento associado às propriedades de C e T, e não às propriedades de OI. Como vimos, nossa hipótese é a de que, com a mudança na sintaxe do OI dativo, mudou também a configuração sintática de tais estruturas. No entanto, apesar dessa divergência, examinaremos a hipótese de que a estrutura da causativa no PB é uma instância de controle reverso, uma vez que tal análise não exclui considerar o papel da sintaxe de OI na perda da causativa românica no PB e o consequente surgimento de estratégias inovadoras para a realização dessa estrutura.

Esta pesquisa justifica-se (i) por ser um estudo que contribuirá para o entendimento do comportamento das estruturas causativas em relação ao mapeamento sintático do *causee* e suas possibilidades de aparecer como acusativo e/ou como dativo, na relação com as configurações FI, ECM e de ‘backward control’, (ii) por ser necessário aprofundar o estudo da sintaxe do OI, na relação com o sistema pronominal no PB e com as estratégias inovadoras de codificação dos complementos na estrutura oracional, e (iii) por considerar dados do português dialetal (rural) da região central do Brasil, em que se identificam propriedades relevantes para a análise, que suscitam interesse para a pesquisa. A esses fatores vem somar-se a intenção de que os resultados da pesquisa contribuam para o entendimento das propriedades da Gramática Universal, uma vez que assumimos as bases teóricas postuladas pela Teoria Gerativa.

1.3 Objetivos

Ao longo deste trabalho, estudaremos as propriedades sintáticas e semânticas das construções causativas e sua relação com a sintaxe do OD e OI dativo do PB, com os objetivos de:

- Descrever e analisar as propriedades sintáticas e semânticas dos verbos causativos ‘*mandar*’, ‘*deixar*’ e ‘*fazer*’ e o mapeamento sintático das estruturas causativas em que

ocorrem, investigando a relação entre as propriedades formais dessas estruturas e dos elementos envolvidos no licenciamento do dativo OI;

- Estabelecer que traços formais atuam no licenciamento de estruturas causativas, considerando as condições que determinam a variação entre a causativa com dativo preposicionado (OI) e a causativa com o *causee* não-preposicionado, a qual pode manifestar uma estrutura de ECM ou de controle reverso.
- Caracterizar as configurações que o *causee* assume nas estruturas causativas do PB, considerando particularmente dados do português dialetal (rural), falado nas regiões centro-oeste e sudeste do Brasil (Goiás e Minas Gerais).
- Contribuir para os estudos gerativos, no que se refere à caracterização da GU, tendo em vista as exigências de adequação explicativa nas análises propostas.

1.4 Metodologia

Para o alcance dos objetivos supracitados, utilizando-nos dos pressupostos teóricos da gramática gerativa, apresentaremos o trabalho de Farrell (1995) e Cyrino (2010), os quais enfocam o estabelecimento de um diagnóstico para a causativa *backward control* no PB e apresentam meios de distinguir essa construção de outras construções causativas. Procedendo a essa distinção no Português Europeu (PE), por exemplo, Cyrino estabelece que é a ocorrência do dativo preposicionado licenciado pela preposição nessa língua que permite distingui-la da causativa *backward control* do PB, amarrando, portanto, as duas questões centrais desta dissertação, a saber:

- Que configurações o *causee* assume nas estruturas causativas do PB?
- Que propriedade(s) sintática(s) do OI dativo do PB é(são) relevante(s) para determinar a ocorrência da causativa inovadora nessa língua.

Fazendo o movimento diferente para o PB, ou seja, priorizando a ocorrência do dativo preposicionado licenciado pela preposição *para* na identificação de suas características para, em seguida, proceder à diferenciação em relação à causativa inovadora, apresentaremos uma análise para o PB, a fim de verificar por que essa língua se comporta, por exemplo, de forma diferente do PE.

1.5 Organização da Dissertação

Esta dissertação está organizada da seguinte forma:

Neste capítulo 1, apresentamos o problema, os objetivos do trabalho, a justificativa e relevância da pesquisa e a metodologia empregada para alcançar os resultados.

No capítulo 2, introduzimos a fundamentação teórica que sustenta este trabalho, ou seja, os pressupostos da gramática gerativa, com destaque para alguns pontos fundamentais para esta pesquisa, além de considerações gerais sobre a evolução do modelo.

O capítulo 3 traz uma revisão da literatura sobre a sintaxe do dativo na complementação, com a descrição de alguns trabalhos nos quais se discute a realização das preposições *a* e *para* como licenciadoras de OI dativo, na relação com a sintaxe pronominal, em particular com a ocorrência do clítico dativo ‘lhe’.

O capítulo 4 apresenta alguns dos trabalhos que abordam as estruturas causativas, com ênfase no contraste entre os diferentes tipos, e nos fatores que determinam sua manifestação no PB.

Assim, apresentamos a análise de Borges (2008) e Salles (2010), tendo em vista que abordam tais fenômenos em termos das inovações na sintaxe do OI; em seguida apresentamos as propostas de Farrell (1995) e Cyrino (2010), e os meios que os autores utilizam para diferenciar a causativa “*backward control*” no PB, depois disso, fazemos uma proposta preliminar para o PB, indicando um caminho para caracterizar o OI dativo nessa língua, o que, conseqüentemente, permitiria a distinção entre as causativas ECM e *backward control* no PB.

CAPÍTULO 2

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos adotados nesta dissertação. O quadro teórico em que o trabalho está inserido é o da Gramática Gerativa, no âmbito da Teoria de Princípios & Parâmetros e do Programa Minimalista. Basear-nos-emos, dessa forma, nas propostas de Noam Chomsky (1981; 2008). Discutimos ainda o tratamento dado pela teoria à questão da mudança linguística.

2.2 A Faculdade da Linguagem e a Gramática Gerativa

Para a Gramática Gerativa, a linguagem é um componente inato ao ser humano. Chomsky (2008) situa o desenvolvimento inicial desta teoria em um período em que os trabalhos sobre a cognição encontram terreno fértil, conforme pode ser observado abaixo:

A Gramática Gerativa surgiu no contexto do que se chama frequentemente de “a revolução cognitiva” da década de 1950 e foi um importante fator em seu desenvolvimento. Sendo o termo “revolução”, apropriado ou não, houve uma importante mudança de perspectiva: do estudo do comportamento e seus produtos (como textos), para os mecanismos internos que agem no pensamento e na ação. A perspectiva cognitiva refere-se ao comportamento e seus produtos não como um objeto de investigação, mas como dados que podem prover evidências sobre os mecanismos internos da mente e da maneira como esses mecanismos operam na execução de ações e na interpretação da experiência (Chomsky, 2008: 287) (Tradução minha).

Assumindo o pressuposto de que o ser humano é dotado de um conhecimento inato para a linguagem, referido como Faculdade de Linguagem (FL), que o habilita a adquirir qualquer língua, a linguagem é vista como uma forma de expressão do pensamento, sendo a FL um componente da mente humana, o qual se estrutura em uma representação internalizada, referida como Gramática Universal (GU).

A GU é concebida como um estado mental inicial (S_0), que corresponde a um apanhado de princípios universais e estáveis, e os chamados parâmetros, que correspondem a opções na

realização de determinadas propriedades. Os diferentes valores associados aos parâmetros são, portanto, o *locus* da variação translinguística. A Gramática Gerativa busca, então, a descrição da GU, presente, por hipótese, na mente dos falantes, que possibilita a existência das línguas particulares.

De acordo com essa hipótese, o conhecimento linguístico inato é rico e estruturado, sendo responsável por guiar a criança no processo de aquisição de sua língua materna (L1) – por hipótese, tal conhecimento também é responsável pela aquisição de outras línguas (aquisição de L2), apesar de haver diferenças nesse processo. O argumento usado por Noam Chomsky (desde os seus primeiros trabalhos) para defender a existência de um mecanismo inato para a aquisição de língua vem daquilo que se convencionou chamar de *argumento da pobreza do estímulo*.

Esse argumento baseia-se na ideia de que o *iDPut* linguístico ao qual a criança é exposta durante o processo de aquisição da língua é considerado *pobre*, por não conter a informação necessária para explicar o sistema rico e complexo dos conhecimentos que o adulto possui sobre a sua língua. Se os dados primários são insuficientes para explicar o sistema do conhecimento final, então, é necessário concluir que a mente da criança põe a sua disposição um conjunto de princípios linguísticos complexos - o Dispositivo de Aquisição da Linguagem (do inglês, *Language Acquisition Device* - LAD), ou GU (assim referido como modelo do ponto de vista do linguista)), que guia, de um modo predeterminado e com restrições rigorosas, a aquisição e o desenvolvimento linguístico.

De acordo com essa visão, estaríamos habilitados a aprender qualquer língua. Assim, a *Hipótese Inatista* é a resposta de Noam Chomsky para a pergunta quando a criança aprende uma língua. O objetivo da Gramática Gerativa é justamente determinar o tipo de conhecimento linguístico presente na mente do falante, partindo de sua gramática internalizada, a GU. Seguindo a explicação encontrada em Hornstein, Nunes e Grohmann (2005, p. 3), temos:

Crianças vem biologicamente equipadas com um conjunto de princípios para construção de gramáticas – princípios da Gramática Universal (GU). Estes princípios gerais podem ser pensados como uma receita – para ‘produzir’ a gramática de uma língua particular, GL, combinando, mudando, classificando e mexendo nos dados linguísticos primários de forma específica. Ou, dizer o mesmo menos gastronomicamente, a GU pode ser pensada como uma função que toma o PLD [Dados Linguísticos Primários] como entrada e fornece uma

gramática particular (do inglês, do português brasileiro, do alemão etc), uma GL, como saída.” (Tradução minha)⁵.

Subjaz, aqui, a ideia de que a criança, em um estado mental inicial da aquisição (S_0), em que há apenas a GU, ao entrar em contato com os Dados Linguísticos Primários (do inglês, *Primary Linguistic Data* – PLD), gera sucessivos estados mentais até chegar ao estado mental estável, que corresponde à gramática internalizada da língua a que está sendo exposta, a GL, conforme pode ser observado no esquema em (1):

$$(1) \quad GU + PLD \rightarrow GL$$

A Gramática Gerativa tem como foco de interesse os aspectos da forma e do significado de uma língua que são determinados pela FL. A natureza da FL é a preocupação central de uma teoria geral acerca da estrutura da linguagem humana, que objetiva descobrir o conjunto de princípios e de elementos comuns às línguas humanas possíveis e os fatores responsáveis pela variação translinguística.

No desenvolvimento de sua hipótese, Noam Chomsky faz, portanto, a distinção entre a *competência* e o *desempenho* do falante em relação a seu componente linguístico. Para o teórico, *competência* é o conhecimento mentalmente internalizado que o falante tem da sua língua (Língua-Interna/Internal-Language), e a forma como ele o utiliza é chamada de *desempenho*.

Devemos considerar, portanto, que o sistema abstrato de princípios e as opções paramétricas fixadas estão relacionados a um indivíduo. Nesse caso, o sistema abstrato corresponderá à gramática interna dessa língua na mente de cada indivíduo, denominada gramática particular. Gramática, portanto, significa, aqui, o sistema abstrato e finito de princípios e parâmetros fixados de uma língua, que permite gerar um conjunto infinito de sequências da língua.

5 “Kids come biologically equipped with a set of principles for constructing grammars – principles of Universal Grammar (UG). These general principles can be thought of as a recipe for – ‘baking’ the grammar of a particular language GL by combining, shifting, sorting, and stirring the primary linguistic data in specifiable ways. Or, to make the same point less gastronomically, UG can be thought of as a function that takes PLD [Primary Linguistic Data] as *iDPut* and delivers a particular grammar (of English, Brazilian Portuguese, German, etc.), a GL, as output.”

O modelo de Gramática Gerativa que se propõe dar conta da geração da linguagem vem sendo modificado a fim de atender ao caráter descritivo e ao caráter explicativo que a abordagem gerativa requer.

Nessa abordagem, duas tarefas são necessárias para a teoria linguística caracterizar os estados da língua: a adequação descritiva e a adequação explicativa. Para atingir a primeira, a teoria gramatical deve caracterizar o estado do conhecimento linguístico do adulto. Para atingir a segunda, a teoria deve caracterizar o estado inicial da Faculdade da Linguagem e mostrar como a experiência linguística é mapeada no processo que leva ao estado estável. A GU é a teoria do estado inicial, e a gramática particular a teoria do estado atingido. A segunda tarefa é, portanto, uma teoria da aquisição de língua.

“(…) Se a FL de Jones é um estado L, dizemos que Jones tem (fala, sabe, ...) a língua-I. Duas tarefas imediatas da teoria da linguagem são caracterizar os estados atingidos e o estado inicial compartilhado: as tarefas de ‘adequação descritiva’ e de ‘adequação explicativa’, respectivamente. Entendemos Gramática Universal (GU) como a teoria do estado inicial, e gramáticas particulares como teoria de estados atingidos.” (Chomsky, 2000: 90) (Tradução minha)⁶

2.3 O modelo de Princípios e Parâmetros

A abordagem denominada de Princípios & Parâmetros, P&P, foi desenvolvida em CHOMSKY (1981; 1986). Posteriormente, com o desenvolvimento do pensamento científico, é adotada como referencial teórico no Programa Minimalista (CHOMSKY 1995, 2008). Nesse modelo, procura-se atender, cada vez mais, o caráter explicativo e descritivo da teoria. A partir de P&P, a língua deixa de ser vista como um conjunto de regras e passa a ser vista como um sistema de princípios, aquilo que é comum a todas as línguas, e de parâmetros, o que é particular de cada língua. O conceito de universais linguísticos, que pode ser formulado em termos da noção de *princípios* é uma prerrogativa da existência da FL e, conseqüentemente, da GU.

⁶ “If Jones’s FL is state L, we say that Jones has (speaks, knows, ...) the (I-)language. Two immediate tasks of theory of language are to characterize the languages (states) attained and the shared initial state: the tasks of “descriptive adequacy” and “explanatory adequacy”, respectively. We understand Universal Grammar (UG) to be the theory of the initial state, and particular grammars to be theories of attained states.”

O modelo da gramática nessa fase é estabelecido assumindo-se a existência dos níveis Estrutura Profunda (do inglês *Deep Structure* - DS) e Estrutura Superficial (do inglês *Surface Structure* - SS), em que são geradas formas linguísticas abstratas, a partir de operações da gramática definidas nos módulos (a saber, a teoria do Caso, da Ligação, da estrutura argumental). As representações geradas na SS, por sua vez, são enviadas aos componentes interpretativos da gramática, a FL (Forma Lógica/Logical Form LF, em inglês), que faz interface com os sistemas conceituais e intensionais; e a FF (Forma Fonética ou Phonological Form/PF, em inglês), que faz interface com os sistemas articulatórios e perceptuais. Juntos, tais níveis dão conta da relação som-significado nas línguas:

(2) DS
↓ Mover
SS → PF
↓ Mover
LF

(HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005, p. 23).

A investigação desse modelo teórico da GU por pesquisadores de várias línguas levou a que os dados de algumas línguas desconstruíssem alguns pressupostos, o que acabou por gerar uma série de hipóteses adicionais para dar conta desse problema. Disso resultou a busca por uma abordagem que evitasse o uso de recursos teóricos que não fossem conceitualmente necessários. No âmbito dessa discussão, foi questionada a existência dos níveis internos de representação (DS e SS), que passam a ser considerados desnecessários. E são, por isso, descartados/abandonados.

A presença desses níveis é justificada, inicialmente, em construções do tipo ‘easy to please’, que correspondem à construção do PB *O João é fácil de agradar*, representada, por hipótese, na estrutura profunda como (3) e na estrutura superficial como (4):

(3) DS: É fácil de agradar o João.

(4) SS: O João é fácil de agradar.

Na estrutura-D (3), o sintagma nominal *João* recebe o papel temático do verbo ‘agradar’, o qual se torna visível ao receber o Caso (abstrato) acusativo, atribuído no nível da estrutura-S pelo verbo ‘agradar’. No entanto, na estrutura-S (4), verifica-se que o sintagma ‘João’ é realizado na posição de especificador da oração matriz. A teoria do movimento estabelece, porém, que o movimento deve ser determinado por Caso – não há, portanto, como justificar nessa construção o movimento do *DP* ‘João’.

Chomsky (1977) inicialmente propõe que o *DP João* é gerado como sujeito da sentença na base e que existe o movimento de uma expressão *Wh* da posição de objeto do predicado encaixado (‘agradar’) para a periferia esquerda da sentença infinitiva. Esta expressão *Wh* é obrigatoriamente apagada depois de movida. Assim, a categoria vazia em posição de objeto não se constitui em um problema, já que é derivada por movimento A’.

Em 1981, Chomsky volta a tratar das construções *easy to please*, agora tendo por base o modelo GB. O tratamento de (1977) não pode mais ser reproduzido nesse modelo. Primeiro porque não é mais possível apagar elementos e assim não podemos postular uma expressão *Wh* que é movida e apagada. Segundo porque gerar *João* na posição de sujeito vai resultar numa violação do Critério θ : como o *DP João* é um argumento, ele não pode ser inserido na posição não temática de sujeito. Mesmo se é um operador nulo (OP) que sofre movimento da posição de complemento do verbo ‘agradar’ para a periferia da oração encaixada (e não mais uma expressão *Wh* posteriormente apagada), o problema de gerar o *DP João* em uma posição não temática continuaria.

Esses problemas podem ser contornados se os postulados em relação à DS são eliminados, ou seja, se o papel temático é atribuído na forma lógica (e não no momento da inserção lexical). Assim, em relação ao dado em (4), postula-se a reanálise do adjetivo [*fácil*] com o predicado encaixado, formando adjetivo complexo. O predicado encaixado, por sua vez, é gerado com a inserção de um operador na posição de complemento do verbo, o qual é alçado para specCP – [_{CP} Op_i [*agradar t_i*]]. Assim, (4) seria derivado por *merge* do constituinte ‘João’ na posição de sujeito desse predicado complexo, como ilustramos em (5):

(5) [_{CP} Op_i [*agradar t_i*] [*fácil*] [*de* [_{CP}]]]

2.4 O Programa Minimalista

O Programa Minimalista, PM (CHOMSKY, 1995), é a fase mais recente da Teoria Gerativa, e surge com a finalidade de eliminar tudo o que não seja realmente necessário para a derivação de uma sentença. Pauta-se pelo Princípio de Economia, o qual diz que as derivações linguísticas devem ocorrer com um número mínimo de operações. Em (6), baseando-nos em Hornstein *et al* (2005), apresentamos o esquema do Modelo de Gramática do PM.

(6) Modelo de Gramática no Programa Minimalista

$N = \{A_I, B_J, C_K \dots\}$

↓ Select & Merge & Move

Spell-out → PF

↓ Select & Merge & Move

LF

(adaptado de HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005, p. 73).

Conforme a proposta do PM, os itens lexicais são selecionados e entram na numeração pela operação *Select*. Nesta fase, que pode ocorrer antes ou depois de *Spell-out*, os itens podem ser concatenados através da operação *Merge*. A operação *Move* (Mover) diz respeito aos movimentos realizados pelos itens lexicais para checagem de traços. Se um traço é forte na língua, ou se a categoria funcional manifesta o traço EPP, o movimento de constituinte ocorre antes de *Spell-Out*; se o traço é fraco, o movimento é realizado depois de *Spell-Out*.

Um dos objetivos do PM é, portanto, tornar menos pesado o sistema que gera as derivações. Revisitando Chomsky (1995), Hornstein *et al* (2005) questionam o que deve ser feito para tornar menos pesado o aparato técnico de um programa como o minimalismo.

A proposta apresentada pelos autores para que esse objetivo seja alcançado baseia-se, pois, nos chamados *big facts*⁷, que representam uma condição de fronteira na adequação teórica. Os *big facts* são, conforme Hornstein *et al*, propriedades da gramática que caracterizam

7 Conforme HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN (2005), os *big facts* dizem respeito aos seguintes pontos: F1: Sentenças são unidades linguísticas básicas; F2: Sentenças são pares de forma (som/signos) e significado; F3: Sentenças são compostas de expressões pequenas (palavras e morfemas); F4: Essas unidades pequenas são compostas por unidades com estrutura hierárquica, i.e., sintagmas são maiores que palavras e menores que sentenças; F5: Sentenças mostram propriedades de deslocamento no sentido de que expressões que aparecem em uma posição podem ser interpretadas em outra; e F6: Língua é recursiva, não havendo limite para o comprimento das frases em qualquer língua natural

as línguas naturais. Portanto, um programa que se propõe estudar as línguas naturais precisa levar em consideração as noções descritas pelos *big facts*.

De acordo com Hornstein *et al*, o PM explora a hipótese de que a Faculdade da Linguagem é uma realização ótima de condições de interface, ou seja,

“(...) é um sistema ótimo e não-redundante no sentido de que os fenômenos particulares não são determinados por princípios linguísticos e que o sistema linguístico está sujeito às restrições de economia que se baseiam no princípio do menor esforço. O programa também aborda a questão de quais condições são impostas ao sistema linguístico em virtude de sua interação com os sistemas de desempenho (as condições de saída puras).”⁸. (HORNSTEIN, NUNES e GROHMANN, 2005, pág. 30) (Tradução minha)

Os autores salientam o fato de que, em versões anteriores da Teoria de Princípios e Parâmetros, trabalhava-se com a hipótese de que sistemas linguísticos têm quatro níveis de representação para decodificar expressões linguísticas. Dois desses, conceitualmente necessários, LF e PF, interagem com o sistema linguístico, e devem ser preservados, pois são requeridos por uma necessidade conceitual e por interagir com sistema de desempenho. Os outros dois níveis, a saber, DS e SS, por outro lado, não são empiricamente motivados e precisam ser revistos, se o objetivo desse programa for adequar-se aos *big facts*.

É desejável para a tecnologia a ser implementada pelo minimalismo que a sintaxe realize apenas as operações estritamente necessárias e que não onere o sistema. Considerando isso, Hornstein *et al* mostram que foi questionada a necessidade de postular dois níveis de representação que, a princípio, desempenhariam a mesma função. Ou seja, caberia indagar o que justificava a existência de SS e LF, se ambas se referiam à interpretação semântica. A postulação de LF se justifica pelo fato de ele ser um nível conceitualmente motivado. Mas e SS, até que ponto sua existência é indispensável?

Conclui-se que SS tem uma importante função descritiva, que marca o limite entre a sintaxe manifesta e a sintaxe encoberta, ou melhor, nas próprias palavras dos autores, é a fronteira entre movimento aberto e movimento coberto (*overt movement/ covert movement*). Conforme a formulação da Teoria da Regência e Ligação (Theory Government and Biding –

8 “(...)’s a non-redundant and optimal system in the sense that particular phenomena are not overdetermined by linguistic principles and that the linguistic system is subject to economy restrictions with a least effort flavor. The program also addresses the question of what conditions are imposed on the linguistic system in virtue of its interaction with performance systems (the bare output conditions).”

GB), SS é o ponto em que a derivação divide-se em duas, uma parte vai para PF, e outra vai para LF. É também um ponto da derivação em que vários módulos da gramática trafegam, e principalmente, é o lugar onde o Caso é atribuído. Essas são algumas das especificidades de SS. Esse nível é indispensável, entre outras razões, porque a partir dele é possível explicar a variação translinguística. Em suma, como afirma Hornstein *et al*, “SS is the queen of GB”.

Essa linha da argumentação segue o caminho no qual SS é compreendido como sendo um nível indispensável principalmente por ser o lugar da atribuição de Caso. Na GB, o Caso é atribuído em SS porque se argumenta que Caso é relevante para PF e LF. Assim,

“Em suma, a Teoria de Caso – GB exige que a atribuição de Caso ocorra após DS, alimente PF e alimente LF. SS é o nível que satisfaz todos os três requisitos e, portanto, parece ser o local apropriado para o processo de atribuição. Este parece ser um bom argumento para a existência de SS, dada a forte evidência empírica em favor da Teoria do Caso.”⁹. (HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005, pág. 44) (Tradução minha)

A conclusão acima pauta-se na ideia de que Caso é atribuído, conforme a arquitetura da GB. Mas o que isto significa? Na DS, um pronome, por exemplo, é inserido com um pacote de traços sem especificação de Caso, e o Infl finito é inerentemente especificado como tendo caso Nominativo, conforme o exemplo em (7). Assim, quando o pronome se move para [Spec, IP], o traço de Caso nominativo do Infl é transmitido para a sua matriz de traços, produzindo uma representação em SS, conforme o exemplo em (8). Finalmente, a matriz de traços modificados é realizada em PF como um pronome sujeito, e a derivação converge, resultando (8b).¹⁰

(7) DS: [IP WAS + Infl_{NOM} [VP SEE [3P, 3G, MASC [+PRON – AN]]].

(8) a. SS: [IP [3P, 3G, MASC [+PRON – AN]_{NOM}]_i WAS + Infl_{NOM} [VP SEEN t_i]]

b. He was seen.

2.4.1 A noção de Caso dentro do Programa Minimalista

⁹ “In short, the GB-theory of Case requires that Case-assignment take place after DS, feed PF, and feed LF. SS is the level that meets all three requirements and so seems to be the appropriate locus for Case assignment. This looks like a very good argument for the existence of SS, given the strong empirical evidence in favor of Case Theory”.

¹⁰ Os exemplos listados de 7-8 foram extraídos de Hornstein *et al*, 2005.

Diferentemente do processo de atribuição de Caso, na ‘checagem’ de Caso, proposta dentro do quadro teórico do minimalismo, um item lexical, como, por exemplo, um pronome, já é inserido na derivação com especificação de Caso. A hipótese é a de que ele virá especificado como um pronome sujeito, conforme o exemplo em (9). O pronome move-se então para [Spec, IP], onde é emparelhado com os traços de Caso do Infl finito. Uma vez que esses traços são emparelhados e apagados, o pronome é licenciado na estrutura, conforme o exemplo em (10). A checagem de traços pode ser adiada até LF, sem nenhum custo para a derivação. Assim, se considerarmos a checagem, que pode ocorrer na sintaxe manifesta ou encoberta, no lugar de atribuição de Caso, conclui-se, conforme afirmam Hornstein *et al*, que, no que se refere ao fato de que o filtro de Caso se aplica em LF, pode-se dispensar qualquer menção à SS, permanecendo, portanto, a ideia de apenas um nível referente à interpretação semântica.

(9) DS: [IP WAS + Infl_{NOM} [VP SEEN HE_{NOM}]]

(10) SS: [IP HE_{NOM} WAS + Infl_{NOM} [VP SEEN t]]

Em sua exposição sobre o PM, Radford (1997) observa que as estruturas das sentenças são formadas por sucessivas operações de seleção e de concatenação de itens lexicais, que envolvem dois tipos diferentes de representação estrutural, chamados de níveis de interface. Conforme o autor, o primeiro se refere à representação computacional das sentenças em PF (interface fonética – do inglês *phonetic form*), que explicita como elas serão pronunciadas, e o segundo, por sua vez, diz respeito a sua interpretação em LF, para explicitar qual é o seu significado.

O autor assume também que os traços de Caso dos DPs e os traços de flexão dos verbos - que são todos traços formais - não são interpretados em LF, no momento da derivação da sentença, pelo fato de não terem nenhum papel na interpretação semântica. Por essa razão, após a checagem, eles são apagados, satisfazendo, assim, o Princípio de Interpretação Plena, no qual se pressupõe que a representação de uma determinada expressão deve conter todos e apenas aqueles elementos que contribuem diretamente para a sua interpretação no nível relevante.

O processo de derivação no PM se dá a partir da Numeração, que corresponde aos itens lexicais, que, ao serem selecionados pela operação *Select* (Selecionar), são combinados por

outra operação, *Merge* (Concatenar). *Merge*, por sua vez, trabalha recursivamente e une binariamente os objetos sintáticos, conforme pode ser observado em (11):

- (11) a. Numeração= {Ai, Bj ...} → Numeração= {beber, água...}
b. Merge= {α, β} → Merge= {beber água}

Adicionalmente, a condição de Inclusividade controla os traços dos itens lexicais presentes na Numeração (traços-*phi* de gênero, número e pessoa, traços de Caso, traços categoriais [+/-N] e [+/-V], traços semânticos e traços fonológicos). Tal condição impede a entrada de qualquer item que não esteja previsto na Numeração no momento da derivação da sentença.

A operação *Agree* (Concordar) checa, ou verifica, os traços interpretáveis, traços-*phi* dos nomes (gênero, número e pessoa), e os traços não-interpretáveis, traços-*phi* das categorias funcionais, traços de EPP (Princípio de Projeção Estendido/requisito generalizado de projeção de um especificador) e o traço de Caso dos DPs.

Os traços formais marcados pelo traço [+interpretável] já entram na derivação com valor especificado e os marcados pelo traço [-interpretável] entram sem valor e são analisados pela operação *Agree*, sendo valorados, de acordo com o domínio sintático da operação *Agree* (*Agree* em T, valora o traço nominativo; em 'v' valora o traço acusativo), e eliminados.

A Teoria da Checagem dos traços se dá, portanto, via movimento aberto – ou por uma operação encoberta, bastando que a operação *probe-goal* seja acionada. A operação *Move* (Mover) diz respeito aos movimentos realizados pelos termos da sentença para checagem de traços. A realização dessa operação é, na verdade, uma combinação de *Agree* e *Merge*. Se um traço é forte na língua, ou se a categoria funcional manifesta o traço EPP, o movimento de constituinte ocorre antes de *Spell-Out*; se o traço é fraco, o movimento é realizado depois de *Spell-Out* – Condição Procrastinar, em termos da relação *probe-goal*. Essa formalização é importante porque determina o modo como às sentenças são derivadas nas línguas, sendo também responsável pela variação paramétrica.

Dessa forma, no momento da checagem, os traços formais compartilhados na relação *probe-goal* são apagados, permanecendo apenas os que são interpretáveis nos níveis de interface, e que contribuem para a interpretação do significado das sentenças.

Estando, portanto, satisfeito o Princípio de Interpretação Plena, a sentença é interpretada em LF, por ser gramatical. Se houver alguma violação desse princípio, a sentença não será interpretada em LF e será agramatical.

O ponto designado como *Spell-out* tem a função de dar contorno fonológico à sentença e sustentação à Forma Fonética. Após *Spell-out*, a sentença também passa pelo crivo do Princípio da Interpretação Plena, que define a convergência ou não da derivação. Esse princípio é visto como uma propriedade da interface do Sistema Computacional da língua com os sistemas de desempenho, o que garante, na verdade, que uma sentença seja reconhecida como uma expressão da língua em questão.

Sendo a Faculdade da Linguagem um componente presente na mente/cérebro do falante, o PM prevê, ainda, a existência de um sistema cognitivo que interage com os sistemas de *performance*, ou seja, com os sistemas articulatório-perceptual (A-P) e conceitual-intencional (C-I). O primeiro estabelece interface com o nível de representação da Forma Fonética, e o segundo com o nível de representação da Forma Lógica das sentenças.

2.5 Estudos sobre Mudança Linguística

2.5.1 Mudança Sintática

A mudança das línguas no tempo é um fato amplamente reconhecido e discutido na linguística. Ao longo do tempo histórico, há mudanças fônicas, mórnicas, sintáticas e léxico-semânticas nas línguas. Dentro do gerativismo, é com *Syntactic Structures* que Noam Chomsky (1957) lança alguns pontos de reflexão sobre a mudança, cujo foco incide, sobretudo, no processo de transmissão da língua de geração para geração. A mudança é, então, entendida como mudança de regras na gramática. Com o desenvolvimento da abordagem em termos de princípios e parâmetros, passou a ser vista como um fenômeno associado à mudança paramétrica.

Mattos e Silva (2008) afirma que as teorias contemporâneas da mudança são a da variação e mudança laboviana, a gerativista e a funcionalista. Diferentemente das outras duas, a teoria da mudança a partir da perspectiva gerativista centra-se no estudo de fenômenos sintáticos. Sob a perspectiva da gramática gerativa atual, a mudança linguística é estritamente condicionada pelo requerimento de que todas as línguas se adaptam às especificações da faculdade da linguagem.

Kroch (2003) afirma que a mudança linguística é, por definição, uma falha da transmissão de traços linguísticos através do tempo. Segundo o autor, tais falhas podem ocorrer entre grupos de falantes nativos adultos. Entretanto, as falhas da transmissão também parecem ocorrer, conforme o autor, no curso da aquisição da língua materna (L1). Kroch observa que o nosso entendimento de falhas na transmissão é muito limitado, porque a nossa compreensão da relação entre o *input* e a gramática adquirida é ainda imprecisa. A mudança, para o autor, é abrupta, pois se trata de uma mudança paramétrica, que, portanto, apenas pode ser de um valor negativo para um valor positivo, ou vice-versa, sem “posições” intermediárias.

Para Roberts (2007), a noção de parâmetro, como tinha sido construída em trabalhos de sintaxe comparativa desde Chomsky (1981), pode desempenhar um papel útil em descrever a variação sintática na dimensão diacrônica, assim como pode fazê-lo no domínio sincrônico. Assim, conforme Roberts (2007, p. 109), a questão: “How parameters can change their value in the generation-to-generation transmission of language is a very difficult and intriguing one”. Para o autor, uma boa resposta para essa questão é, também, importante para a teoria de princípios e parâmetros, na medida em que ela pode nos dizer muito sobre a natureza dos parâmetros, o tipo de dados linguísticos primários necessários para dar-lhes um valor particular e se há um valor *default*.

Roberts considera que a mudança de parâmetro força a reanálise. Para o autor, a reanálise é o mecanismo da mudança sintática. Harris e Campbell (1995 *apud* Roberts) definem reanálise como “um mecanismo que muda o padrão sintático e que não envolve nenhuma modificação manifesta na superfície”. O fato é que a reanálise é usualmente um sintoma da mudança no valor do parâmetro. Assim, conforme o autor, dada a ideia central de que grupos de parâmetros ou propriedades se aglutinam, a alteração no valor de um parâmetro pode manifestar-se como um indício de reanálise.

Baseando-se em Harris e Campbell (1995), Roberts pontua que, se pudermos relacionar a reanálise com a mudança de parâmetro, então, por extensão, a mudança de parâmetro pode ser entendida como a regra central da sintaxe diacrônica.

Seguindo a definição de reanálise proposta por Harris e Campbell (1995), Roberts afirma que a operação de reanálise afeta a representação estrutural associada com a sequência de superfície. O autor defende que a representação estrutural advém de três operações maiores, a saber, *Merge*, *Move* e *Agree*. *Merge* é considerada a operação mais fundamental, porque cria a

estrutura. Essa operação não está disponível para a reanálise. *Move* e *Agree*, por outro lado, estão sujeitas à variação paramétrica.

Outro fenômeno abordado por Roberts é a gramaticalização. O autor defende que a gramaticalização também pode ser reduzida à reanálise e associada com a mudança de parâmetro. Em linhas gerais, como argumento para a defesa do seu ponto de vista, o linguista cita que a gramaticalização envolve a criação de novos morfemas gramaticais e, na medida em que esses morfemas gramaticais são vistos como expoentes de categorias funcionais, isso implica que, frequentemente, a gramaticalização envolve o desenvolvimento de novos expoentes de categorias funcionais. Assim, considerando as categorias funcionais como o *locus* da mudança paramétrica, a gramaticalização pode ser associada à reanálise.

2.6 O *corpus*

Borges (2008), seguindo Castilho (2004)¹¹, afirma que um *corpus* é uma coleção de textos que tem por objetivo retratar a língua real. Segundo o autor, quando se fala de língua portuguesa, isto significa que um *corpus* deve ser sensível “às variedades linguísticas regionais (Português Africano, Português Brasileiro, Português Europeu); às variáveis midiáticas (Português Falado, Português Escrito); às variáveis socioculturais (Português Padrão, Português Não-Padrão), e assim por diante”.

Para essa dissertação, que não tem como objetivo formar um *corpus* para o português em geral, concebe-se o critério sociocultural como um fator determinante para a constituição de um *corpus* específico. Isto é, determinou-se o português não-padrão, particularmente dados do português dialetal (rural), falado nas regiões centro-oeste e sudeste do Brasil (Goiás e Minas Gerais), como a variável linguística a ser estudada.

Temos por objetivo, portanto, realizar um estudo cujo *corpus* é composto por dados extraídos de gravações de falantes nativos naturais do estado de Goiás e Minas Gerais, na faixa etária compreendida entre 25 e 60 anos. Nosso *corpus* é constituído ainda de dados criados com base no conhecimento intuitivo de falantes nativos do PB.

2.7 Síntese do Capítulo

11 CASTILHO, A. (2004). “Corpus Diacrônico do Português Brasileiro”. Comunicação apresentada no 1º Encontro Internacional de Linguística do Português. Lisboa. Disponível em <http://www.fl.ul.pt/ailp/encontro/ataliba.htm>. Acessado em 05 de fevereiro de 2008.

Adotamos a visão da Gramática Gerativa enquanto pressuposto teórico para o desenvolvimento da proposta desta dissertação, precisamente, seus avanços no quadro da Teoria de Princípios & Parâmetros (1981) e do Programa Minimalista (1995). Discutimos, brevemente, a questão dos estudos sobre mudança linguística a partir da teoria gerativa e apresentamos a descrição do *corpus* analisado neste trabalho. No próximo capítulo, tratamos da sintaxe do dativo na complementação.

CAPÍTULO 3

A SINTAXE DO DATIVO NO PB: VARIAÇÃO E MUDANÇA

LINGUÍSTICA

3.1 Introdução

Uma das propriedades a ser analisada nesta dissertação é a configuração sintática do OI dativo na complementação, no PB, haja vista a hipótese de que há uma relação entre as estruturas causativas da língua e a configuração na qual o OI dativo se apresenta. Neste capítulo, apresentamos uma breve revisão da literatura sobre as características sintáticas e semânticas do OI dativo no PB, a partir de trabalhos voltados para o levantamento empírico, baseados em *corpora*.

3.2 A expressão canônica do dativo em português (padrão)

Cunha e Cintra (2001), na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, nomeiam de objetos os complementos que saturam sentido dos verbos. Conforme os gramáticos, verbos transitivos diretos selecionam objetos diretos e verbos transitivos indiretos selecionam objetos indiretos. Ainda há os verbos cuja transitividade é direta e indireta e que, por isso, selecionam, necessariamente, os dois complementos. Enquanto, os complementos diretos estão diretamente vinculados ao verbo que os seleciona; os complementos indiretos, por seu turno, vinculam-se ao verbo por meio de preposição.

Canonicamente, o objeto indireto pode ser expresso por um substantivo, pronome (substantivo), numeral, palavra ou expressão substantivada, oração substantiva (objetiva indireta). Como notam Cunha e Cintra, os objetos indiretos representados pelos pronomes pessoais oblíquos *me, te, lhe, nos, vos, lhes*, e, pelo reflexivo *se*, não vêm precedidos de preposição. E mais, diferentemente dos demais pronomes, que podem exercer a função de objeto direto ou indireto, o pronome oblíquo *lhe (lhes)* é essencialmente objeto indireto.

Quanto à relação, os objetos indiretos sempre estão associados aos verbos transitivos. Formalmente, ligam-se aos verbos por meio de preposição, exceto quando representados por pronomes. Indicam o valor de paciente ou destinatário da ação verbal.

Na literatura gerativista, respeitando as devidas implicações das nomenclaturas, os

complementos indiretos, ou melhor, o argumento preposicionado dos verbos (ditransitivos), cuja função é ser o destinatário da ação expressa pelo verbo, chama-se dativo.

No português padrão, o dativo é representado por um sintagma preposicionado, geralmente encabeçado pela preposição *a*, e, às vezes, pela preposição *para*. A forma preposicionada possui como correlato morfológico o pronome *lhe* (*s*), quando na terceira pessoa.

3.3 A sintaxe do dativo no PB vernacular (não padrão): estudos prévios

3.3.1A codificação do dativo: uso de clíticos e de preposições *a* e *para* vs. ausência de preposição

3.3.1.1 Gomes (2003): variação e mudança na expressão do dativo no dialeto do Rio de Janeiro.

Gomes (2003) realiza um estudo sobre mudança linguística a partir da perspectiva variacionista laboviana. Neste trabalho, a autora analisa o uso variável da preposição *a* que introduz o sintagma preposicionado de verbos cuja estrutura argumental prevê dois argumentos internos, os chamados verbos bitransitivos, considerando dados extraídos da comunidade da fala do Rio de Janeiro. Gomes afirma que no PB, mais precisamente, no dialeto carioca, a alternância do uso das preposições envolve três variantes, a saber: uso da preposição *a*, uso da preposição *para* e ausência de preposição. Ela afirma ainda que os sintagmas preposicionados que acompanham esses verbos diferem quanto a possibilidade ou não de serem substituídos por um clítico, além de possuírem diferentes valores semânticos.

Os resultados da análise desenvolvida por Gomes indicaram tratar-se, em primeiro lugar, de um fenômeno de mudança em progresso com a substituição da preposição *a* pela preposição *para* e, em segundo lugar, especialização da preposição *a* na indicação de relações semânticas abstratas entre verbo e argumento preposicionado.

Gomes mostra que no PB, a ordem dos complementos e a variação da preposição no sintagma preposicionado parecem ser processos independentes, já que a alternância no uso da preposição não está restrita à adjacência do sintagma preposicionado ao verbo. A autora acrescenta que nem mesmo a possibilidade de ordens diferentes para os dois complementos pode ser associada exclusivamente à supressão da preposição, conforme pode ser observado

nos exemplos em (1)¹².

(1) a. O garoto escreveu coisas lindas *para* o pai (Amostra 80 (C)), sempre pedia opinião *a* ela (Amostra 80 (C)).

Eu falaria com o João *para* me dar um emprego melhor [...] os meus filhos (Amostra 80 (C)).

b. Aí Jesus Cristo deu *pra* ele uma inteligência (Amostra 80 (C)). Aí dei *a* ele o jogo (Amostra 80 (C)).

... ensinar [...] o povo regras básicas de saneamento (Amostra 80 (C)).

Gomes registra que a possibilidade de supressão da preposição da configuração V+SN+PP está ligada ao fato de que o PB se caracteriza por apresentar estruturas derivadas via apagamento de constituintes *in situ*, semelhantes ao caso das estratégias das relativas, como proposto por Tarallo (1993 *apud* Gomes, 2003). A linguista levanta a hipótese de que, no processo de substituição da preposição *a* pela preposição *para*, pode haver uma especialização no uso de *a*, que seria a preposição preferida para representar relações semânticas mais abstratas, conforme pode ser observado em (2). Assim, a preposição *a* continuaria tendo um uso mais restrito para esse significado.

(2) a. Eles não dão *a* isso nenhuma importância.

A autora defende que a variação no uso da preposição é um processo sintático e que a implementação da mudança que envolve a substituição da preposição *a* no dialeto carioca está relacionada ao fenômeno de alternância das estratégias de codificação do dativo no PB, que, segundo ela, está, por sua vez, relacionado aos processos que afetaram a reorganização do paradigma pronominal desta língua (principalmente no que se refere à perda dos clíticos acusativos e dativos de terceira pessoa).

No cômputo geral dos dados, observando a ocorrência das variantes e sua distribuição por faixa etária, Gomes observa um aumento significativo de ocorrências da preposição *para* entre os jovens.

12 Os exemplos listados em (1) e (2) foram extraídos de Gomes (2003).

Gomes mostra que a posição do *PP* (sintagma preposicionado) adjacente ao verbo é um dos fatores que condiciona a ocorrência da preposição *a*. A supressão da preposição é também favorecida pela adjacência do complemento ao verbo. A preposição *para* não é afetada pela posição do complemento.

Quanto aos efeitos do condicionamento de ordem semântica, Gomes observa que parece não haver restrição semântica em relação à supressão da preposição no que se refere à possibilidade ou não de transferência material.

3.3.1.2 Nascimento (2007): um estudo sobre o dialeto da comunidade dos Almeidas – GO

Nascimento (2007) investiga, em seu estudo, quais fatores linguísticos e/ou extralinguísticos influenciam o uso variável de preposições introdutoras de complementos indiretos dativos de verbos que selecionam dois argumentos internos, tradicionalmente conhecidos como bitransitivos, analisando a variedade linguística utilizada pela comunidade dos Almeidas, uma comunidade rural afro-descendente do município de Silvânia, que se localiza no estado de Goiás.

Nascimento observa que, para a expressão do dativo em contextos bitransitivos, os falantes da comunidade dos Almeidas contam com três variantes: (i) o sintagma preposicionado (*PP*), de núcleo nominal ou pronominal; (ii) o clítico pronominal *e*, ainda, (iii) o sintagma nominal sem qualquer marca morfológica de dativo (\emptyset), conforme pode ser observado em (3), (4) e (5), respectivamente.

(3) ...aí ele dava comida *pa/p'os caboco...*/...aí ele deu um café *pra ele...*

(4) ...foi o Inácio que *me* deu ele...

(5) ...dê [dei] \emptyset ele o sabão de bola... e ele tomô o banho...

Conforme Nascimento, as formas destacadas em (3-5) desempenham a mesma função na fala da comunidade, e podem, portanto, ser tratadas como equivalentes para a expressão do OI dativo. O interesse do autor se restringe, entretanto, em investigar a alternância entre as formas preposicionais *a* e *para* e \emptyset , como exemplificado em (3) e (5). Para Nascimento, essas formas são alternativas para a expressão de um mesmo conteúdo referencial nos contextos de dativos. Ainda conforme o autor, esse fenômeno não é característico exclusivamente da comunidade

dos Almeidas, pois outras comunidades rurais goianas, afro-descendentes ou não, também apresentam as variantes descritas acima. Por conta desta recorrência, o autor analisa também os dados oriundos de mais três comunidades rurais goianas, com o objetivo de realizar um estudo comparativo. As comunidades acrescentadas no estudo são Pombal, Acaba Vida/Faz Tudo e Traíras.

Nascimento pesquisou o fenômeno nos dados de fala de 41 informantes, segundo algumas variáveis sociais estratificadas, das quais citamos aquelas que são relevantes para a pesquisa que propomos, a saber: faixa etária (22-28/ 38-50/ 55-76) e escolaridade (ensino fundamental 1, ensino fundamental 2, ensino médio e analfabetos), conforme pode ser observado nos quadros 1 e 2.

SEXO	Nº DE INF.	F. ETÁRIA	Nº DE INF.	ESCOLARIDADE/ Nº DE INF.			
				EF1	EF2	EM	AN
MULHERES	10	22-28 ANOS	3	2	-	1	-
		38- 50 ANOS	3	2	1	-	-
		55-76 ANOS	4	1	-	-	3
HOMENS	10	22-28 ANOS	3	2	-	-	1
		38-50 ANOS	4	3	1	-	-
		66-76 ANOS	3	1	-	-	2
TOTAL	20	-----		11	2	1	6

QUADRO 1 – Distribuição dos informantes da comunidade dos Almeidas por sexo, faixa etária e escolaridade, adaptado de Nascimento (2007).

AMOSTRA	Nº DE INF.	MULHERES	HOMENS	F. ETÁRIA	ESCOLARIDADE
POMBAL	15	6	9	30-90	AN/ SEMI-ANALFABETOS
TRAÍRAS	3	1	2	57-74	AN/ SEMI-ANALFABETOS
ACABA VIDA/ FAZ TUDO	3	-	3	70-77	AN/ SEMI-ANALFABETOS
TOTAL	21	7	14	-----	

QUADRO 2 - Distribuição dos informantes das comunidades de Pombal, Traíras e Acaba Vida/Faz Tudo, por sexo, faixa etária e escolaridade, adaptado de Nascimento (2007).

Na análise quantitativa da amostra de fala da comunidade dos Almeidas, Nascimento identificou 151 ocorrências da preposição *para*, 2 ocorrências da preposição *a*, 15 ocorrências nas quais se verificou a ausência de preposição e 37 ocorrências de clíticos, conforme pode ser observado na Tabela 1.

VARIANTES	Nº DE OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
PARA	151	74%
A	2	1%
∅	15	7%
CLÍTICO	37	18%
TOTAL	205	100%

TABELA 1 – Distribuição percentual das variantes *para/a/∅/clítico* na comunidade de fala dos Almeidas, adaptado de Nascimento (2007).

De acordo com Nascimento, a distribuição percentual das variantes indica que a preposição *para* é a preferida para introduzir OI dativo de verbos bitransitivos na comunidade de fala dos Almeidas, equivalendo a 74% no uso. A segunda forma mais usada para a codificação do conteúdo dativo nesse contexto é a dos pronomes clíticos que equivalem a 18% das ocorrências. O autor constatou que apenas os pronomes clíticos de primeira e segunda pessoas do singular (*me/te*) ocorrem na fala dos Almeidas, sempre em posição proclítica, conforme pode ser observado no Quadro 3.

PESSOA/NÚMERO	FORMAS DE NOMINATIVO	DATIVO
1ª PESSOA/ SINGULAR	EU	ME/PRA MIM
2ª PESSOA/ SINGULAR	VOCÊ [CÊ, OCÊ]	TE/P'OCÊ
3ª PESSOA/ SINGULAR 1ª PESSOA/ PLURAL	ELE/ELA NÓS [NÓIS]/A GENTE	A/PRA ELE/ELA PRA NÓS/PR'A GENTE
2ª PESSOA/ PLURAL 3ª PESSOA/ PLURAL	VOCÊS [CÊIS, OCÊIS] ELES/ELAS	PR' OCÊIS PRA ELES/ELAS

QUADRO 3 – Paradigma das formas que exercem função dativa em contexto bitransitivo da comunidade de fala dos Almeidas, adaptado de Nascimento (2007).

Ainda de acordo com Nascimento, a preposição *a* é a menos usada nessa comunidade, aparecendo em apenas duas construções, o que equivale a um percentual de 1%, conforme pode ser observado em (6)¹³ e (7). O autor observa que, nas duas ocorrências da preposição *a*, o OI

13 Nascimento classifica o dado em (6) como uma ocorrência de dativo, que é considerado na computação dos dados como uma das duas únicas ocorrências de OI dativo encabeçado pela preposição *a*. Contudo, (6) admite tanto a realização do complemento como um OI dativo (como se confirma pela pronominalização: *tive-lhe devoção*) quanto como um complemento nominal do OD, conforme observado por M. Lunguinho (em comunicação pessoal). Contudo, isto não prejudica a análise realizada pelo autor, pelo contrário, reforça

tem o traço semântico que ele chama de *divinizado*, que ocorre em um contexto mais abstrato, e o OI, segundo ele, não representa um receptor [+ humano].

(6) .. não a/aí se o caboco tive devoção *a Nossa Senhora da Aparecida* é/tem de/faiz o pedido... [MAB55M]

(7) ... aqui eu vô fala era um... um apuro que é pidino *a Deus* pa mode chuvê... [JLS61M]

Ao analisar a distribuição das variantes em função de variáveis extralinguísticas, Nascimento observa que o uso da preposição *para* independe do nível de escolaridade. Destaca-se inclusive que os três informantes com maior nível de escolaridade apresentaram uso predominante dessa preposição. A preposição *para* está presente de maneira predominante nos dados de fala de todos os informantes: de 27 ocorrências analisadas, 19 apresentam a preposição *para* e 8 apresentam um clítico dativo. Isto é, nenhum desses informantes com maior grau de escolarização fez uso da preposição *a* ou da variante \emptyset .

Quanto à variável *faixa etária*, Nascimento constata que, apesar de a preposição *para* aparecer em todas as faixas etárias, seu uso adquire um percentual maior entre os falantes mais jovens (82%), ou seja, falantes com idade entre 21 e 28 anos. A realização da preposição *a*, com um percentual de (2%), fica restrita aos falantes mais velhos, com idade entre 55 e 76 anos, que compreende a faixa etária 3. As ocorrências de clítico dativo, por sua vez, embora possuam um percentual considerável tanto para a faixa etária 1 quanto para a faixa etária 3, adquire um percentual maior entre os falantes de 38 a 50 anos, que correspondem a faixa etária 2. A variante \emptyset ocorre em todas as faixas etárias: 2% entre os falantes mais jovens, (8%) na faixa etária intermediária e adquire um percentual maior com os falantes mais velhos (10%). Todos esses percentuais podem ser observados no Gráfico (1).

ainda mais a hipótese de que, no dialeto estudado o OI dativo, quando preposicionado, é encabeçado categoricamente pela preposição *para*, ficando o uso de 'a' para contextos restritos.

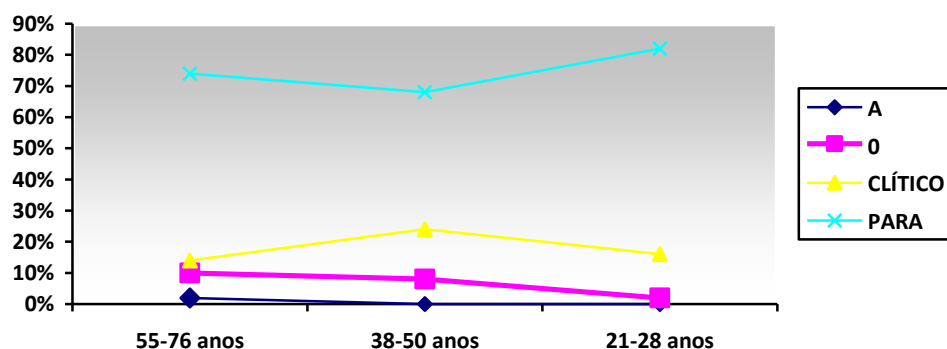


GRÁFICO 1 – Distribuição percentual das variantes por faixa etária, adaptado de Nascimento (2007).

Nascimento observa ainda que a adjacência ao verbo é o contexto preferencial de ocorrência geral do OI. Das 168 ocorrências de OI dativo analisadas, 116 delas apresentam-se adjacentes ao verbo. Segundo o autor, é esse o contexto sintático que favorece a omissão da preposição: todas as ocorrências de OI dativo sem a preposição ocorrem quando esse elemento está adjacente à direita do verbo. Por outro lado, em todas as 52 ocorrências de OI dativo não-adjacente ao verbo há uma preposição introduzindo esse complemento.

A análise quantitativa e comparativa das amostras de fala das comunidades dos Almeidas, de Pombal, Traíras e Acaba Vida/ Faz Tudo apresenta o mesmo padrão de uso das variantes, conforme pode ser observado na Tabela 2.

COMUNIDADES	PARA	A	Ø	CLÍTICOS	TOTAL
ALMEIDAS	151/74%	2/1%	15/7%	37/18%	205/100%
POMBAL	46/75%	1/2%	5/8%	9/15%	61/100%
TRAÍRAS	34/79%	0/0%	5/11%	4/10%	43/100%
ACABA VIDA/ FAZ TUDO	6/50%	3/25%	3/25%	0/0%	12/100%
TOTAL GERAL	237/74%	28/9%	28/9%	50/15%	321/100%

TABELA 2 – Distribuição percentual das variantes *para/a/Ø/clítico* em função da comunidade de fala, adaptado de Nascimento (2007).

Conforme a Tabela 2, a preposição *para* é a mais usada na expressão do conteúdo dativo, seguida pelo uso de clíticos dativos de primeira e segunda pessoas, pela variante \emptyset e pela preposição *a*. De acordo com Nascimento, nas comunidades do Pombal e Acaba Vida/ Faz Tudo, assim como na comunidade dos Almeidas, a preposição *a* se restringe a contextos mais

abstratos, nos quais o OI representa um receptor com traço semântico [divinizado], como pode ser observado em (8), (9), (10) e (11).

(8) ... pede *a* Deus que é... [Amostra Pombal]

(9) ... a gente pede muito *a* Deus... Nossa mãe do céu que... a gente dê uma boa direção, né?... [Amostra Acaba Vida/ Faz Tudo]

(10) ... peço *a* Deus todo dia... fô da vontade de Deus... a veiz um dia eu caso... [Amostra Acaba Vida/ Faz Tudo]

(11) ... peço perdon *a* Deus por essa palavra... [Amostra Acaba Vida/ Faz tudo].

Nascimento conclui que, embora a preposição *para* seja usada por todas as faixas etárias, uma frequência maior de uso ocorre na faixa etária mais jovem. Para o autor, esse fato, aliado ao baixo uso da preposição *a*, de \emptyset e de clíticos anafóricos entre os falantes mais jovens, possibilita a constatação de que a comunidade de fala dos Almeidas está passando por um processo de mudança em direção ao uso categórico de *para*, na expressão do dativo. A análise da variação em amostras de outras comunidades rurais goianas, juntamente com a amostra de fala dos Almeidas, comprova que o contexto de adjacência de OI em relação ao verbo é o fator mais influente na ocorrência de \emptyset . Além disso, o autor constata que a ausência da preposição é favorecida em contextos nos quais o OI descreve um receptor com os traços semânticos [+humano, +animado], que denotam transferência (material ou não, e apresentam OD e OI explícitos, com OD de núcleos lexicais e OI de núcleos pronominais).

3.3.1.3 Dantas (2007): a realização do OI dativo no dialeto de Fortaleza.

Dantas investiga quais categorias entram em substituição dos clíticos dativos de terceira pessoa no PB e no PE, bem como o uso de preposições introdutoras do dativo representado por sintagmas nominais. Nosso interesse em resenhar esse trabalho é despertado exatamente pelo fato de a autora investigar quais preposições aparecem como introdutoras do OI dativo no PB. Por conta disso, daremos ênfase no recorte que trata do tipo de preposição introdutora de dativo ou do correlato morfológico que substitui o sintagma preposicionado.

O *corpus* analisado por Dantas é composto por dados de fala de falantes naturais de Fortaleza, Ceará, com grau superior de escolaridade e por dados de fala de falantes

portugueses. A análise pauta-se no estudo do uso de complementos dativos de terceira pessoa em várias formas de representação, com verbos ditransitivos de transferência material e transferência verbal.

Nesse estudo, Dantas apresenta uma análise dos sintagmas nominais OI introduzidos pelos vários tipos de preposição, bem como apresenta aqueles sintagmas que não são encabeçados por preposição. A autora contempla também, em sua análise, construções do PB nas quais o pronome *ele* e o clítico dativo *lhe* aparecem como objetos diretos, referindo-se, ambos, à segunda pessoa.

Como variável extralinguística, Dantas analisa a faixa etária dos informantes: 25-39anos; 40-50 anos; 50-70 anos ou mais. Os inquéritos foram realizados de forma a contemplar diferentes graus de formalidades: coloquial, menos informal e formal. A autora observa que todas as sentenças encontradas nos dados se realizam com verbos com interpretação semântica de transferência material ou verbal e movimento material ou psicológico cujo argumento externo é semanticamente interpretado como agente. Essas sentenças ainda possuem dois argumentos internos: um interpretado como tema e outro, preposicionado, com interpretação semântica de recipiente, meta, destinatário ou fonte.

Em (12) e (13), apresentam-se algumas ocorrências de dativos realizados como o clítico *lhe* (com uso de segunda pessoa), como sintagmas nominais introduzidos pelas preposições *a/para*, respectivamente. Em (14) apresenta-se o dativo realizado em uma configuração preposicionada, *para ele*.

- (12) a) Inf. 1 exatamente... agora eu não sei se você já deve ter visto... um trabalho meu... aliás até um projeto de monografia sobre Renovação Carismática Católica... num sei se eu... *lhe lhe* emprestei (Inq 33)
b) Inf, 2 – então mas eu aí aí é onde eu *lhe* pergunto a justiça... a ustiça não a lei... épara ... o pobre ou para o rico? ...a lei (Inq 11).
- (13) a) Inf. 2 – porém um grande mestre nunca ensina *aos seus alunos* todos os truques. (Inq, 45)
b) Inf. 2 – é como eu dizia eu estava dizendo *pra minha cunhada* que é professora de Letras... que no tempo que estudei no Hilza Diogo (Inq. 48)
- (14) Dê terra pro Nordeste... dê... dê condição *pra ele*... tire os juros bancários... ajude a economia nordestina a crescer (Inq. 17)

De acordo com a autora, a quantificação dos dados sobre a realização do OI dativo no PB, considerando o tipo de verbo (verbos de transferência material e verbos de transferência verbal) correlacionado com o tipo de dativo (sintagma nominal e clítico), mostra o seguinte: 167 ocorrências de OI dativo realizados como sintagma nominal com verbos de transferência material e 60 ocorrências, com verbos de transferência verbal; 15 ocorrências de clítico de terceira pessoa (com referente de 2ª pessoa) com verbos de transferência material e 28 ocorrências, com verbos de transferência verbal. No total, são, portanto, 227 ocorrências de OI realizado como sintagma nominal e 43 ocorrências do OI realizado como clítico.

Quanto aos dativos realizados como sintagmas preposicionados (*prepositional phrase/PP*), Dantas observa que são as preposições *a* e *para* que encabeçam o PP.

- (15) Quando Aristóteles escreveu A POLÍTICA... já o governo dele pagava três óbulos... *pro cidadão* comparecer à reunião da praça... pra homologar as decisões do presidente da (Inq. 10)
- (16) a) Inf. 2- pequenos negócios assim como ninguém você negocia com eles... / cê pede *prum menino daquele* lavar um car::ro {ou (então)} (Inq. 07)
- b) Inf. 1- eh... dá pro... dá dinheiro *p/os pobre* ... distribuir esmolos... então... /tá mais dentro... do espírito da igreja... Inf. 1 na minha:: na minha sala... eu tanto dava Teologia da Li{bertação (Inq. 33)

Citando Torres Morais (2007), Dantas afirma que a ocorrência da preposição *para* em um número maior de casos que a preposição *a* aponta para a conclusão de que essa preposição perdeu a capacidade de marcar o Caso dativo, tornando-se uma preposição lexical, o que implica que o complemento introduzido por ela seja considerado um PP. Esse fato inviabiliza, conforme a autora, as construções de núcleo aplicativo no PB.

Ao analisar o uso do clítico dativo *lhe* em relação às pessoas do discurso, Dantas percebe que este clítico de terceira pessoa é usado, categoricamente, como se referindo à segunda pessoa, conforme pode ser observado em (17).

- (17) a) Carro... e NUM DESse /tava esse rapaz que eu *lhe* disse ...(inter.) (Inq. 11)
- b) Inf. 1 é... foi ... *lhe* pedi ajuda... (*lhe* – segunda pessoa) você me emprestou um

livro (verbo emprestar sujeito agente) (Inq. 33)

De um total de 43 ocorrências, o clítico dativo *lhe* aparece em 40 casos referindo-se à segunda pessoa (sendo 28 casos com verbos de transferência verbal e 12 casos com verbos de transferência material). Referindo-se à terceira pessoa, foram encontradas apenas 3 ocorrências do clítico *lhe*, sendo todas elas com verbos de transferência material, conforme pode ser observado em (18).

- (18) a) Inf. – por muito tempo... há quê? Uma carteira de estudante que:: *lhe* dá o direito ((ruído)) de pagar MEIa. (inq,7) (falando sobre estudantes).
b) refinamento era desejado... pelo próprio público... ou seja porque:: *lhedaria* sTAtus... uhn? ((ruído)) outra característica é:: a figuração... uhn ou seja em vez i) argentino ser Realmente hospitaleiro... (Inq. 28).

Dantas observa em seus dados que o pronome dativo *lhe* também aparece com função acusativa, em substituição do clítico acusativo *te*. A explicação apresentada pela autora para o uso do *lhe* como pronome acusativo é que esse pronome já faz parte do vernáculo do falante, diferentemente dos clíticos acusativos *o*, *a* (e variantes), que precisam ser aprendidas pelo processo de escolarização. Nossa hipótese quanto ao fato de os pronomes acusativos *o* e *a* não serem usados pelos falantes é que estas formas não estão mais disponíveis na língua, e o mesmo vale para o clítico dativo *lhe*, em uso de terceira pessoa.

Uma das estratégias do PB de substituição dos clíticos dativos, apontadas por Dantas, na conclusão de seu estudo, foi o uso dos pronomes tônicos anafóricos *ele/(s)* *ela/(s)*, em configuração preposicionada, conforme pode ser observado em (19).

- (19) a) O psiquiatra e ele já tinha algumas noções sobre a terapia ocupacional e eu pedi muito ajuda... *pra ele*... pra (ele) sabe (Inq. 21)
b) lá no campo... que esse agricultor vai produzir... e reproduzir dando condições *pra ele*... sem juro... sem:: (Inq. 17)

3.3.1.4 Campos (2010): a realização do OI dativo no português culto falado em Belém.

Campos realiza um estudo do dativo de terceira pessoa no PB culto falado em Belém, com o objetivo de descrever e analisar essa variedade linguística.

Campos analisa um *corpus* que se caracteriza por ser composto por construções sintáticas do tipo (i) construção dativa preposicionada; (ii) construção com o clítico *lhe* e (iii) construção oblíqua. Consideramos apenas as análises das construções descritas em (i) e (ii).

O *corpus* investigado é composto por gravações de entrevistas televisivas veiculadas pela mídia da cidade de Belém e, por conta disso, constitui, conforme Campos, uma expressão do português culto falado na cidade. Ainda segundo a autora, o gênero textual analisado não representa conversas espontâneas e precisa ser visto como fruto de certas ‘condições de produção’ que determinam características, como, por exemplo, grau de formalidade.

A análise realizada por Campos toma por base a construção ditransitiva preposicionada, cujo OI dativo é preferencialmente [+ animado] e passível de ser substituído pelo clítico *lhe*.

Campos observa uma presença significativa da preposição *a* com complementos de verbos de transferência material como *dar*, *pedir*; verbos de movimento como *levar* e verbos de transferência verbal como *falar*, no *corpus* analisado, conforme pode ser observado em (20), (21) e (22), respectivamente.

(20) a) [entrevistado] São empresas [que dão bolsas *aos seus alunos*] exatamente por acreditarem na educação a distância. (p. 164)

b) Inclusive o supremo tribunal federal ano passado fez uma audiência pública onde foram chamados vários especialistas na área [para que pudessem dar um suporte maior *aos ministros*]. (p. 178)

(21) [entrevistado]...a governadora anunciou recentemente no fórum paraense de competitividade e nós eh:... [levamos isso *aos deputados*]. (p. 22)

(22) [apresentadora] Participe do programa... [faça perguntas *aos nossos convidados*] (p. 85)

Campos afirma que as construções de OI dativo introduzido pela preposição *a* alternam com aquelas introduzidas pela preposição *para*, conforme pode ser observado em (23).

(23) a) [apresentador] E os cachorros que o senhor cria? (...) E como era ... [doavam [Ø OD] *pro senhor?*] (15/09/08; 38:20)

b) [debatedor] [Eu queria fazer uma pergunta *para o secretário*] (p. 90)

A autora acrescenta que as construções com o clítico dativo *lhe* ocorrem tanto com verbos de transferência verbal quanto com verbos de transferência material e verbal, conforme pode ser observado em (24).

(24) [apresentadora] [...] e veem aquele espaço com mito... [como se não *lhe* pertencesse]... então acho que precisa mudar isso né... (p. 47)

Diante dessas ocorrências, Campos defende que os dados do português culto falado em Belém não corroboram integralmente a análise de que tenha ocorrido a recategorização do clítico dativo *lhe*. A autora afirma que, se inseridos no conjunto da descrição do OI no PB, esses dados não ratificam o posicionamento de linguistas que afirmam uma ausência do clítico dativo *lhe* na gramática dos brasileiros. Entretanto, ela adverte que talvez a gramática do uso do *lhe* em Belém esteja em fase de reestruturação, pois se registra no *corpus* a ocorrência de construções com *lhe* acusativo, conforme pode ser observado em (25).

(25) a) [apresentador] (...) agora professor... [por que a governadora *lhe* substituiu antes do prazo?] (p. 139)

b) [apresentador] Professor... [a imagem do governo petista atual... da governadora Ana Julia vai *lhe* favorecer] ou desfavorecer... qual é a imagem que o senhor faz do momento? (p. 143)

3.3.2 O ponto de vista diacrônico: a realização do OI dativo em atas escritas por africanos alforriados no Brasil oitocentista, no período de 1832-1842 (Cavalcante & Figueiredo 2009)

Cavalcante & Figueiredo (2009) (doravante C&F) analisam a realização dos complementos verbais em atas escritas por africanos alforriados, no Brasil oitocentista, no período de 1832 a 1842, com o objetivo de fornecer dados para uma melhor compreensão da formação da variedade brasileira da língua portuguesa.

Para os autores, o OI dativo caracteriza-se por (i) ser selecionado apenas por verbos

bitransitivos, co-ocorrendo, portanto, com o OD (realizado ou implícito); (ii) não poder ser substituído por clíticos acusativos nem passivizado e (iii) manifestar as funções semânticas de alvo / meta ou fonte / recipiente, como pode ser observado em (26).

- (26) a) Maria entregou o assaltante à *polícia*. (alvo / meta)
b) O policial ofereceu *ao acusado* uma alternativa. (alvo / meta)
c) A equipe recebeu a taça *do presidente da federação*. (fonte)
d) O ladrão roubou o relógio *ao Pedro*. (fonte)

Nesse trabalho, C&F analisam a realização de dois desses quatro tipos de argumentos verbais, a saber, (i) os complementos diretos com papel temático de tema ou paciente em estruturas verbais transitivas e bitransitivas e (ii) os complementos dativos, com função semântica de meta, alvo ou fonte, em estruturas bitransitivas. Nosso foco, entretanto, será direcionado apenas para a análise dos argumentos dativos, por conta do objetivo a que se propõe esta dissertação.

Baseando-se em Torres Morais e Berlinck (2006, 2007), os autores pontuam que os estudos sobre a realização do dativo no PB têm apontado para duas mudanças importantes, que dizem respeito à (i) perda quase completa do pronome clítico de terceira pessoa *lhe/(s)*, substituído pela realização nula ou pelo pronome *ele/(a)* introduzido por preposição e (ii) variação entre a preposição *a* e *para*, com progressiva substituição da primeira pela segunda.

Os números do Gráfico 2, retirado de Freire (2000) (*apud* Cavalcante Figueiredo, 2010, p. 32), exemplificam a primeira mudança. Conforme o gráfico, no *corpus* do PB, a ocorrência do clítico dativo é igual a 0. Os números apresentados no gráfico permitem a interpretação de que o clítico, como estratégia de retomada referencial, é substituído pela forma nula e pelo pronome forte *ele*, introduzido por preposição.

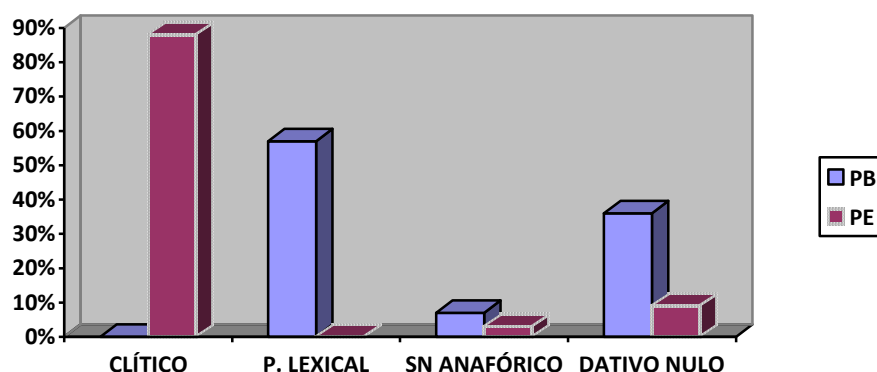


Gráfico 2 – realização do dativo no PE e no PB, adaptado de Cavalcante e Figueiredo (2010).

A segunda mudança apontada nos estudos sobre o dativo no PB, isto é, o processo de substituição da preposição *a* pela preposição *para*, tem respaldo, conforme C&F, em trabalhos como o realizado por Berlinck (2001), no qual se registra 95% e 90% de uso da preposição *a*, na primeira e na segunda metade do século XVIII, respectivamente.

Para a análise dos dativos na escrita de africanos alforriados no Brasil, C&F consideram os seguintes aspectos na realização dos dativos: (i) realização lexical *versus* realização nula do dativo; (ii) presença *versus* ausência da preposição introdutora do dativo; (iii) tipo da preposição utilizada e (iv) produtividade da forma clítica. C&F sublinham que, devido ao fato de os autores desses textos não serem falantes nativos de português, tendo aprendido a língua em situação de contato linguístico, a hipótese *default* é a de que o *corpus* apresente um desvio em relação ao padrão do PE, aproximando-se do padrão do PB e/ou do português africano. Considerando isto, espera-se, portanto, um uso reduzido ou nulo do clítico *lhe* e uma competição entre as preposições *para* e *a*, com o predomínio da primeira.

C&F salientam, ao mostrar a análise do *corpus* examinado, a baixa produtividade de complementos dativos, dado o caráter dos textos. Nas 53 atas examinadas pelos autores ocorrem apenas 23 casos de complementos dativos, distribuídos conforme a Tabela 3.

	OCORRÊNCIAS	FREQÜÊNCIA
PRONOME NULO	9	39%
PP INTRODUZIDO POR A	9	39%
PP INTRODUZIDO POR PARA	1	4,4%
PP INTRODUZIDO POR DE	2	8,8%
DP SEM PREPOSIÇÃO	1	4,4%
CLÍTICO	1	4,4%
TOTAL	23	100%

Tabela 3: distribuição das formas dativas nas atas, adaptada de Cavalcante e Figueiredo (2010).

Considerando o tipo de preposição que introduz o OI dativo, podemos observar que a preposição *a* tem um número maior de ocorrências que a preposição *para*, sendo 9 casos para a primeira e 1 caso para a segunda, conforme pode ser observado em (27) e (28). O número de ocorrências de dativos introduzidos pela preposição *para* assemelha-se ao número de casos de dativo não preposicionado e de clítico dativo.

- (27) a) ... fica o secretário aes Crever *atodo qual quer hum Irmão* que Seacha atrasado... (JF, 02, 01.11.1835)
- b)... ficou em Se comonicar por huma Carta *ao Nossó Irmão* dito adelibertação da Meza.
- c) deu-se todos poderes *ao Nosso Irmaõ Consultor Manoel da Conceicam...* (JF, 13, 27.11.1842).
- d)... qualquer Irmaõ que estando em Meza fica responsalbelizado por qualquer abuzo por dizer oque sepassou na Meza *aoutro seu Amigo, parente, Irmaõ, ou Mulher, May, Pay, [ou] filho* (LTG, 07, 16.11.1832).
- e) Em virtude da Meza do dia 24 de Março do prezente anno commonico *aVossas Merces* para vir des cutir o nosso Compromisso em algum dos Capítulo... (LTG, 09, ?.?. 1833)
- f) Fica para Meza do dia 11 do Corrente as 7 hp-ras da manha adar-se comprimento *ao dinheiro* para o novo coffre... (LTG, 15,08.11.1835)
- g) quando ele aprezen tar *a Ca da hu dos Irmão* folhe tos eDPreço que Contenhaõ os Artigo e §§ que Contenhaõ os Artigos §§ que ofereceu em firmeza... (MSR, 03, 23.06.1834)
- h)... etanbem Escrever *aos quatro Irmãos* que estão pre enxido emseu men saes... (MRS, 15, 11.10.1835)
- i) o outro sim justamente pedir-se *a Irmandade do Rozário* onde estamos... (MSR, 12, 02.08.1835)
- (28) fica multado aqual quer Mezários quefalte assistencia de Meza Mensaes pagaraõ de cada falta servindo esse dinheiro *para os mulimentos* eu tencilios para devoção social. (LTG, 08, 02.02.1833)

C&F mostram que há duas formas de interpretação dos dados em (27) e (28): a primeira aponta para a possibilidade de o processo de substituição da preposição *a* pela preposição *para* não ser significativo na fala dos autores dos textos e da irmandade em geral. A segunda possibilidade é a de que a concorrência entre as duas formas fosse sim produtiva, mas que o uso da preposição *para* fosse preterido pelos autores no processo de escrita, em favor da preposição *a*.

Considerando o *corpus* analisado, C&F chegam à conclusão de que os dados apontam para características que diferenciam a gramática do português dos ex-escravos da gramática do PE. O português dos redatores das atas aproximar-se-ia do PB. Tal afirmação diz respeito, principalmente, à inexistência de pronomes clíticos dativos de terceira pessoa no corpus examinado. Entretanto, o uso categórico da preposição *a* para introduzir dativos com interpretação de alvo/meta aponta para uma diferença entre o português das atas e o PB contemporâneo, embora se conforme com os resultados das pesquisas diacrônicas que revelam o incremento do uso da preposição *para* nesse contexto apenas partir do século XX.

C&F pontuam, entretanto, que o resultado encontrado no seu estudo desautoriza uma interpretação de que a substituição da preposição *a* pela preposição *para* no PB tenha sido decorrência direta do processo de contato linguístico e de transmissão linguística irregular.

3.4 A sintaxe de pronomes complemento no PB

No âmbito da pesquisa linguística, os pronomes complemento têm sido um assunto de ampla discussão. Do ponto de vista sintático, distinguem-se, no PB, os clíticos pronominais, que são analisados como categorias que podem assumir o estatuto de núcleo ou de sintagma (projeção máxima), e pronomes tônicos, que sempre ocorrem como projeções máximas. Essa distinção é proposta por Raposo (1998), e parte da correlação entre as propriedades formais do artigo definido, na estrutura do sintagma nominal, e o clítico acusativo de 3ª pessoa no português (e em outras línguas românicas)¹⁴.

14 A hipótese de que os clíticos podem ser categorias do tipo núcleo (X) ou máxima (XP) está formulada em Raposo (1998), em função do estudo de Uriagereka (1995, citado por Raposo) para clíticos do espanhol. Cita-se ainda Cardinaletti & Starke (1994) e Kato (1999). Não vamos nos deter nos detalhes dessa proposta, por ser irrelevante para o presente estudo.

Desde os estudos de Kayne (1975), assume-se que, no final da derivação, os clíticos não ocupam uma posição argumental, mas encontram-se afixados a um elemento acima do VP. Isso implica que se movam como núcleos. Em outras palavras, os clíticos são originalmente argumentos do sintagma VP, ocupando alguma função gramatical na oração, e são extraídos de dentro desse sintagma por um movimento que os situa (como núcleo ou como projeção máxima) em uma projeção funcional da oração.

Quanto à posição, é consenso na literatura linguística que, no PB, a regra geral para a ocorrência do clítico é a próclise. Além disso, observa-se também que o clítico aparece junto ao verbo temático (cf. Cyrino 1993; Pagotto 1993; Nunes 1993; Torres Morais, Ribeiro e Galves 2005, entre muitos outros). Ou seja, contrariamente ao que acontece em PE, em estruturas com particípio passado ou gerúndio, ele não aparece junto ao elemento verbal flexionado (auxiliar), o que exclui a subida do clítico. No entanto, conforme demonstrado, anteriormente, no PB, as estruturas causativas manifestam a subida do clítico com pronomes de 1ª e 2ª pessoa – essa questão será retomada

O PB diferencia-se também das outras línguas românicas, em particular do PE, por outro aspecto, o quase desaparecimento do clítico ‘o/a’ (mantendo-se seu uso apenas na escrita formal), por um lado, e do ‘lhe’ como pronome de 3ª pessoa (do discurso), restringindo-se seu uso à 2ª pessoa (do discurso). O paradigma dos clíticos é assim praticamente reduzido às formas ambíguas quanto à função (me, te, lhe): essas formas podem ser objeto direto (acusativo) ou indireto (dativo). Tal ambiguidade estende-se, no PB, ao uso do pronome *lhe* de 3ª pessoa (gramatical) e 2ª pessoa do discurso, em certos dialetos, como objeto direto: “Eu *lhe* vi”.

Nesse sentido, conforme amplamente observado na literatura sobre a sintaxe pronominal no PB (cf. Cyrino 1993, Galves 2001, entre muitos outros), o que tende a desaparecer no PB é o clítico puramente acusativo (*o/a*), de 3ª pessoa, que é também aquele menos tônico, sendo substituído pelo pronome forte ‘ele/a’; e o clítico de 3ª pessoa puramente dativo (*lhe*), o qual, conforme amplamente observado na literatura (cf. Torres Morais (2006)), é substituído pelo pronome forte ‘ele/a’ introduzido pela preposição (preferencialmente *para*, conforme constatam os estudos citados nas seções anteriores).

A existência desse contraste em relação ao uso da 1ª e 2ª pessoa, em oposição à 3ª pessoa, sugere a existência de uma cisão pronominal (cf. Rabelo 2010; Naves & Pilati 2013), que, de acordo com a análise que vamos propor, tem consequências para a distribuição sintática das

construções causativas.

3.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, buscamos mostrar que o OI dativo pode vir formalmente expresso como um sintagma preposicionado, de núcleo nominal ou pronominal, ou como clítico anafórico. Ressalta-se também que o dativo pode ser expresso sem marca formal.

Na literatura linguística, atesta-se que, nas línguas românicas, o Caso deixa de ser marcado morfológicamente no nome e passa a ter seu equivalente em relações sintáticas, com o uso de preposições, que passam a assumir os valores das flexões de caso (como é no português), e a ordem de palavras mais fixa na oração. Fatores como a ordem dos complementos no interior do VP, as características semânticas e morfológicas dos complementos e a característica semântica da relação entre 'v' e seus complementos parecem ser decisivos na variação entre o uso e a omissão das preposições, na medida em que todos participam de alguma forma no licenciamento desses núcleos.

Como demonstrado nos resultados dos estudos resenhados neste capítulo, a preposição *a* é a preterida pela preposição *para*, para introduzir o OI dativo. Essa preposição é também a que mais ocorre nos dados dos informantes mais jovens. Seu uso independe do nível de escolaridade. No geral, embora o uso da preposição *a* varie de um dialeto para outro, seu número de ocorrências é significativo entre falantes mais velhos (cf. seção 3.3.1.2). Esse resultado permite concluir que no PB existe uma gramática vernacular, em período diacrônico anterior, que recorre à preposição 'a' (cf. seção 3.2), sendo o uso da preposição 'para' uma inovação recente em relação ao padrão dessa gramática, com características que permitem considerar a existência de mudança linguística (cf. seções 3.3.1.2 e 3.3.1.3). Na gramática inovadora, a preposição *a* deixa de ser um item lexical marcador do caso dativo, mas seu uso entre falantes de faixa etária avançada, mesmo que mais restrito, aponta para a conclusão de que a gramática de seus falantes, em um dado momento, restringia o uso da preposição *para*, como licenciadora do dativo (cf. seção 3.3.1.2).

Observamos também que, embora alguns dialetos registrem o uso dativo do clítico *lhe*, no PB, (cf. seção 3.3.1.4), ele também aparece com função acusativa, em substituição do clítico acusativo *te*, como já divulgado por outros estudos (cf. seções 3.3.1.3 e 3.3.1.4). cf.. Como estratégia de substituição dos clíticos dativos, aparecem os pronomes

tônicos *ele(s)*, *ela(s)*, em configuração preposicionada, *para ele/(s)*, *para ela/(s)*, (cf. seções 3.3.1.1, 3.3.1.2 e 3.3.1.3).

Nas análises apresentadas acima, assim como nesta dissertação, a preposição *para* não é vista como um mero elemento de ligação, mas como um recurso sintático responsável por licenciar a ocorrência do sintagma nominal selecionado pelo verbo.

CAPÍTULO 4

A SINTAXE DO DATIVO NA ESTRUTURA CAUSATIVA

4.1 Introdução

Como verificado anteriormente no capítulo 3, os dados atestam que, embora, no geral, o uso da preposição *a* varie de um dialeto para outro, sua incidência ainda é verificada, principalmente, entre falantes mais velhos, radicados em regiões rurais, com baixa escolarização. Esse fato permite constatar que a preposição *a* é um item lexical marcador do caso dativo na gramática desses falantes e seu uso, mesmo que mais restrito, permite concluir que, em um dado momento, a preposição *para* era usada de forma restrita, como licenciadora do dativo: ou seja, era adotada a gramática da preposição *a* como licenciadora do caso dativo.

Os dados demonstram que a preposição *a* tende a ser substituída pela preposição *para*, para introduzir o OI dativo, no PB contemporâneo. Essa preposição é também a que mais ocorre nos dados dos informantes mais jovens, o que ratifica a hipótese da mudança do mapeamento sintático do dativo. Vale ressaltar que seu uso independe do nível de escolaridade.

Neste capítulo, abordaremos a sintaxe do dativo nas estruturas causativas, com o objetivo de testar a hipótese de que uma mudança na sintaxe do OI dativo resultou também em uma mudança do mapeamento sintático das estruturas causativas do PB (cf. Bittencourt (1995); Borges (2008); Salles (2010)). Apresentaremos como a Teoria de P&P e o programa minimalista de investigação linguística tratam o licenciamento destas estruturas. Proporemos uma análise para as construções causativas do PB, com base em uma abordagem de controle, levando-se em consideração traços sintáticos dos verbos causativos.

4.2 A causativa românica

As construções causativas exprimem a relação causa-efeito, que se estabelece entre dois eventos denotados pelo verbo causativo e pelo verbo (infinitivo) do predicado encaixado. Noonan (1985) postula que os verbos causativos expressam uma relação entre um *causeer*, um *causee* e uma situação resultada, sendo que o *causee* deve fazer parte da

ação resultada.

Chama-se causativa românica às estruturas que ocorrem em uma configuração na qual o verbo causativo vem acompanhado do verbo subordinado no infinitivo, manifestando as seguintes características morfossintáticas: (i) se o verbo no infinitivo é intransitivo, é seguido do *DP* interpretado como *causee*, o qual manifesta propriedades morfossintáticas de objeto direto/acusativo, conforme pode ser observado em (1); se o verbo no infinitivo é transitivo, o argumento interno ocorre adjacente ao verbo no infinitivo, e o argumento externo, interpretado como *causee*, ocorre na segunda posição, portanto, não adjacente, e é realizado como um objeto indireto encabeçado pela preposição *a*, conforme pode ser observado em (2).

- (1) a) Mandei escrever **os alunos**.
- b) Mandei-**os** escrever.
- (2) a) Mandei escrever a carta **aos alunos**
- b) Mandei-**lhes** escrever a carta.

Pioneiro no estudo das construções causativas no quadro teórico gerativista, Kayne (1975) discute as propriedades dessas construções no francês e identifica propriedades adicionais. Em particular, destaca a possibilidade de que o *causee* seja introduzido pelas preposições ‘à’ e ‘par’, demonstrando haver contrastes sintáticos e semânticos em cada caso. Assim, classifica tais construções em dois tipos: *Faire-Inf*, doravante FI, e *Faire-par*, doravante FP, que aparecem respectivamente em (3) e (4):

- (3) On a fait sortir Jean de sa chambre. (FI)
 ‘A gente fez sair Jean de seu quarto’.
- (4) Elle fera manger cette pomme par Jean. (FP)
 ‘Ela fará comer esta maçã por Jean’.

Guasti (1996), discutindo as propriedades das construções causativas do italiano, identifica propriedades idênticas, em relação ao francês. Mostra que nessa língua as construções causativas com o verbo encaixado transitivo, podem ser construídas (i) com o *causee* realizado como um dativo, designadas como estruturas FI e (ii) com o *causee*

realizado como uma função oblíqua, introduzida pela preposição 'da', que corresponde à preposição 'por' do português. Esse segundo tipo, conforme a autora, é designado como FP. As causativas do tipo (i) e (ii) estão ilustradas em (5) e (6), respectivamente.

- (5) Ho fato riparare la machina *a Gianni* (FI)
'Eu fiz consertar o carro a Gianni.'
- (6) Ho fato riparare la machina *da Gianni*. (FP)
'Eu fiz consertar o carro por Gianni.'

Guasti propõe que as construções FI e FP resultam da incorporação sintática (na Forma Lógica) de uma base verbal ao verbo causativo, e que as propriedades dessas construções dependem da estrutura argumental do verbo no infinitivo, associada à do verbo causativo. A autora acrescenta que o *causee* dativo é um argumento, enquanto o *causee* oblíquo é um adjunto.

Para provar o estatuto de adjunto do sintagma introduzido por *da*, Guasti faz uso do teste da anáfora, devido à impossibilidade de correferência do anafórico com o *causee*, conforme pode ser observado em (7).

- (7) a. Ho fato riparare la própria_i macchina *a Gianni*_i.
'Eu fiz consertar o próprio carro a Gianni .'
b. *Ho fato riparare la própria_i macchina *da Gianni*_i.
Eu fiz consertar o próprio carro por Gianni .'

Bittencourt (1995) demonstra que o PE, assim como o francês e o italiano, também possui o contraste entre construções FI e FP, como pode ser observado desde períodos diacrônicos mais remotos, como em (8), em oposição da (1) e (2).¹⁵

- (8) bem vês que não podia escrever, e nem mandar *por outro* escrever para minha família isto (séc. XIX)

15 Foy forçado....mandarem-se fazer as cartas **pelos Secretarios** (Sousa, V. do Arc., 1, citado por Epiphanyo Dias, 1970) (exemplo extraído de Borges, 2008: 26).

Assim, causativa românica é identificada na literatura linguística como sendo resultante de uma configuração com propriedades de predicado complexo, que é produtiva nas línguas românicas, conforme ilustram os dados do português, do francês e do italiano. Retomando-se os dados do português, em (1) e (2), *mandar escrever* formam um ‘complexo verbal’ e esse complexo verifica o Caso (acusativo) dos DPs ‘os alunos’ e ‘a carta’, respectivamente. O DP ‘os alunos’ em (7), por sua vez, tem o Caso dativo verificado pela preposição *a*.

Em estudo sobre o PE, Gonçalves (1999) caracteriza como propriedades gerais dos predicados complexos o fato de (i) no domínio encaixado ocorrer uma forma não finita do verbo; (ii) a forma verbal encaixada não exibir marcas de concordância, o que parece indicar a ausência de um DP na posição básica de sujeito e (iii) o domínio infinitivo ser selecionado pelo verbo matriz, sendo seu complemento.

A autora afirma ainda que os predicados complexos podem ser reconhecidos mediante a identificação de quatro fenômenos, a saber: (i) subida do clítico; (ii) movimento longo de objeto; (iii) posição de operador de negação frásica e (iv) interrupção da adjacência verbal por material lexical diverso. Nessa análise, são consideradas as construções causativas do tipo FI, e os fenômenos citados são discutidos em contraste com as construções do tipo ECM, a serem examinadas na próxima seção.

4.3 A causativa ECM

Um aspecto relevante para o estudo que realizamos é o fenômeno denominado *Exceptional Case Marking* (ECM). O processo de ECM diz respeito à atribuição de Caso a argumentos de um núcleo por outro núcleo sintático. Sua ocorrência é verificada, por exemplo, em construções causativas do português europeu, no contraste com as causativas românicas, conforme atesta o estudo de Gonçalves (1999). Nesse caso, o DP interpretado como *causee* ocupa a posição pré-verbal e é marcado como acusativo pelo verbo causativo no domínio superior, conforme pode ser observado em (9).

(9) A Maria fez os meninos rir.

De acordo com essa análise, o núcleo I da oração encaixada, por não possuir flexão,

não pode verificar o Caso nominativo do DP ‘os meninos’, que, então, é licenciado excepcionalmente com o Caso acusativo pelo verbo causativo. Por essa razão, o *causee* ‘os meninos’ é realizado como sujeito do verbo infinitivo, mas tem acesso aos traços de Caso acusativo do verbo mais alto e não pode ser substituído pela forma nominativa do pronome pessoal, tipicamente associada à relação gramatical de sujeito, conforme se observa em (10), sendo, antes, cliticizável em acusativo, no domínio sintático do verbo mais alto, conforme se observa em (11):

(10) *A Maria fez eles rir.

(11) A Maria fê-los rir.

Nesse sentido, um dos aspectos que diferencia as construções ECM das construções FI é que, enquanto nas construções de ECM, o *causee* precede o verbo; nas construções FI, ele o sucede. Esse contraste pode ser verificado em (9), repetido como (12), e em (13), respectivamente, em que o *causee* é representado pelo DP ‘os meninos’.

(12) A Maria fez *os meninos* rir.

(13) A Maria fez rir *os meninos*.

Outra diferença entre esses dois tipos de estruturas encontradas, refere-se ao que segue: conforme mencionado na seção anterior, na construção FI, o *causee*, se pronominalizado, ocorre no domínio sintático do verbo causativo e manifesta o caso acusativo se o verbo encaixado for intransitivo, e o caso dativo se esse verbo for transitivo, como se verifica em (2), repetidos como (14) e (15). Por outro lado, na construção de ECM, o mesmo constituinte, quando cliticizado, apresenta-se apenas sob a forma acusativa, como se verifica em (16) e (17):

(14) O professor mandou-os escrever.

(15) O professor mandou-lhes escrever a carta.

(16) O professor mandou-os escrever.

(17) O professor mandou-os escrever a carta.

Conforme mencionado na seção anterior, as causativas FI manifestam propriedades sintáticas que podem ser contrastadas em relação às causativas ECM: enquanto a causativa FI autoriza (i) o movimento longo do objeto (cf. (18)) e não autoriza (ii) o funcionamento da negação na posição de operador de negação frásica no predicado encaixado (cf. (20)); a causativa ECM procede de forma inversa, isto é, não autoriza (i) e autoriza (ii), conforme podemos observar em (19) e (21), respectivamente.

(18) O professor mandou-a_i escrever [~~a carta~~]_i aos alunos.

(19) *O professor mandou-a os alunos escrever.

(20) *O professor mandou não escrever a carta aos alunos.

(21) O professor mandou os alunos não escrever a carta

Em relação à causativa do PB, a questão se torna mais complexa, porque as inovações no sistema pronominal da língua não nos permitem recorrer ao uso do pronome acusativo na 3ª pessoa como teste morfológico para o licenciamento do *causee* pelo verbo causativo, diante do uso do pronome ‘ele(s)/ela(s)’ nessa posição (cf. (22)), embora sejam mantidos os clíticos acusativos na 1ª (me) e na 2ª (te), com a inclusão de ‘lhe’ como 2ª pessoa, dependendo do dialeto.

(22) O professor mandou eles escrever a carta.

Diante disso, é possível dizer que existe uma cisão no sistema pronominal do PB, conforme discutido no capítulo anterior. Assim, as construções com os pronomes de 3ª pessoa sugerem duas hipóteses: ou o pronome recebe o Caso (acusativo) abstrato do núcleo ‘v’ no domínio do verbo causativo, ou é licenciado por um mecanismo interno ao predicado encaixado. A segunda hipótese é investigada na literatura, e será considerada neste trabalho. Para tanto, passamos a discutir as propriedades do fenômeno da reestruturação.

4.3.1 O fenômeno da reestruturação

Desde Rizzi (1978), o termo ‘reestruturação’ aplica-se a estruturas em que certos

verbos parecem formar uma unidade sintática com o verbo dos seus complementos infinitivos. As estruturas resultantes de reestruturação exibem as seguintes propriedades gerais: (i) têm, muitas vezes, correlatos inequivocamente bi-oracionais; (ii) o domínio infinitivo é transparente para fenômenos que são ilegítimos quando ocorre uma fronteira sintática, como aquelas citadas por Gonçalves (1999), a saber (cf. seção 4.3): subida do clítico; movimento longo de objeto, posição de operador de negação frásica e (iv) interrupção da adjacência verbal por material lexical diverso, o que sugere que o domínio mais alto e o mais baixo constituem uma única unidade sintática.

Na literatura, a reestruturação está associada a dois tipos de construções: as construções causativas, referidas como de ‘união oracional’, em que o argumento externo do predicado encaixado tem referência disjunta em relação ao argumento externo do predicado causativo, como em *Maria; mej mandou/ fez entrar*; construções com auxiliares, em que não existe referência disjunta, mas a subida do clítico objeto indica a formação de um predicado complexo, como em *Maria me tinha visto; Maria me quer ver* (cf. Mateus *et al.* 2003).

O fenômeno da reestruturação está intimamente ligado às causativas românicas, uma vez que são instâncias de predicados complexos. Por isso, percebe-se que a reestruturação é recorrente no PE, no italiano e no francês, conforme pode ser observado em (23), (24) e (25), respectivamente.

(23) Os pilotos mandaram arranjar o carro *aos mecânicos*.

(24) Ho fato riparare la própria macchina *a Gianni*.

(25) On a fait réparer la voiture *à Jean*.

Quanto aos fenômenos para os quais o domínio infinitivo é transparente diante de uma fronteira sintática, destacamos a subida do clítico. O fenômeno da subida de clíticos consiste na manifestação de um clítico pronominal dependente de um predicado não-finito junto a um verbo regente, normalmente finito, em contexto de predicado complexo, no caso em estudo, as FI. Conforme amplamente ressaltado na literatura, os clíticos no PB são proclíticos ao verbo que os selecionam, diferentemente do que ocorre no PE.

Quanto à colocação na subida obrigatória do clítico, em Andrade (2010), propõe-se o seguinte:

“(...) se o clítico é promovido ao domínio superior, ele segue os mesmos princípios válidos em predicados simples, orientados pelos seguintes contextos: de próclise categórica (quando há um elemento com estatuto de operador afetivo que comanda o verbo); de ênclise categórica (quando o verbo ocupa a posição inicial da sentença, no [Português Clássico] PCI; e também quando um sujeito não vinculado a um proclisador está em posição pré-verbal, no PE); e de variação. Se o clítico não é alçado, são requisitos prosódicos que determinam a colocação. (p. 34)

Ainda, conforme o autor, “a presença de uma partícula selecionada pelo verbo finito, e sua constituição fonológica determinam as opções de colocação. [...] Em sentenças em que o verbo regente seleciona a preposição *a*, os padrões de colocação são em tudo semelhantes aos contextos não-preposicionados. [...]” (ANDRADE, 2010, p. 34). Andrade afirma que outras preposições, como *para*, barram a subida de clítico. Tal fator não diz respeito às estruturas causativas, uma vez que não ocorre preposição entre o auxiliar causativo e o infinitivo.

Existem, no PB, causativas em que o ‘*causee*’ é um clítico de 1ª e 2ª pessoa, o qual é realizado (obrigatoriamente) no domínio do predicado causativo, conforme ilustrado em (2b) (cf. Capítulo 1), repetido a seguir (cf. 26). De acordo com os critérios citados, a subida do clítico implica a reestruturação dos predicados, o que permite concluir que a reestruturação está presente no PB (cf. 27). Apesar de, no PB, em outros tipos de perífrases, o pronome poder ocorrer proclítico ao segundo verbo, essa opção não está disponível em construções causativas (cf. 28):

- (26) Pedro me fez cair.
- (27) Pedro pode/deve/vai [me fazer cair].
- (28) *Pedro mandou [me cair].

Na estrutura causativa, o clítico que sobe para a posição acima do verbo finito é aquele interpretado como *causee* e que verifica o caso acusativo do verbo causativo, conforme pode ser observado em (29). Na sentença em (29a), temos dois pronomes: pronome pessoa de 1ª pessoa, “eu”, realizado como *causee*; o pronome clítico, também de 1ª pessoa, “me”, realizado como argumento interno do verbo “ver”. Se realizado como *causee*, (cf. (29b)), o clítico sobe para uma posição acima do verbo causativo. Quando realizado como argumento interno do verbo subordinado, o clítico não é movido. Demonstramos, assim, que só é movido

o clítico interpretado como *causee*.

- (29) a) Pedro fez eu te ver.
b) Pedro me fez te ver.

Assim, no que diz respeito às estruturas causativas no PB, a ocorrência de configurações com o clítico pronominal de 1ª e 2ª pessoas indica que não houve a perda da subida do clítico, já que, nesse caso, ela é obrigatória. Conforme propõem Pereira e Salles (2012), a perda da causativa românica não se deve à perda da reestruturação de predicados nem à perda generalizada da subida do clítico, mas sim a um conjunto de fatores, entre eles, a reanálise na sintaxe do OI e a perda dos clíticos de 3ª pessoa (uma situação de cisão pronominal, que não afeta os pronomes de 1ª e 2ª pessoas).

4.4 Inovação e mudança linguística de construções causativas no PB

4.4.1 A causativa *backward control*

Patric Farrell (1995) realiza um estudo sobre as construções causativas perifrásticas do Português Brasileiro (PB), a partir das análises dos verbos causativos *mandar* e *fazer*, e afirma que, no PB, não se pode caracterizar estes tipos de construções como construções de predicados complexos.

Partindo das conhecidas propriedades das sentenças ‘causativas românicas’ como (30), Farrell pontua que as construções de predicados complexos possuem características que não são encontradas nas construções causativas do PB. Tais características são aquelas citadas anteriormente (cf. seções 4.1, 4.2, 4.3) como a subida do clítico (movimento longo do objeto), a ausência de material linguístico entre o auxiliar causativo e o verbo no infinitivo e a realização do *causee* como dativo (conforme ilustrado).

- (30) Não o fiz comer ao menino

Farrell contrapõe sua proposta - a análise dos dados do PB como um tipo de *backward control* - com a análise dessas construções em termos das noções de ECM/raising, amplamente difundidas na literatura. Para o autor, a análise de *backward control*

surge como uma possibilidade natural sob uma abordagem semântico-conceitual para a causativização e para o controle. Para a discussão, ele lança mão do conceito de Estrutura Conceitual Lexical (em inglês, *Lexical Conceptual Structure* – LCS), com o objetivo de determinar o estatuto do *causee* na estrutura lexical dos verbos causativos.

Na análise proposta por Farrell, a LCS dos verbos causativos difere daquilo que é apresentado na análise padrão do controle do objeto em apenas um ponto: a direção do argumento ligado. Na análise de *backward control*, o argumento (nulo) controlado é realizado em uma posição mais alta que o argumento controlador. Nos termos de Farrell, nas estruturas causativas, a sentença subordinada contém um argumento aberto que liga o argumento interno do verbo causativo'. Nesse sentido, o argumento interno do verbo causativo é conceitualmente ligado, e a posição de objeto direto não é sintaticamente projetada na estrutura. Como resultado, o *causee* é expresso obrigatoriamente como o sujeito da sentença infinitiva, conforme pode ser observado na figura 1.

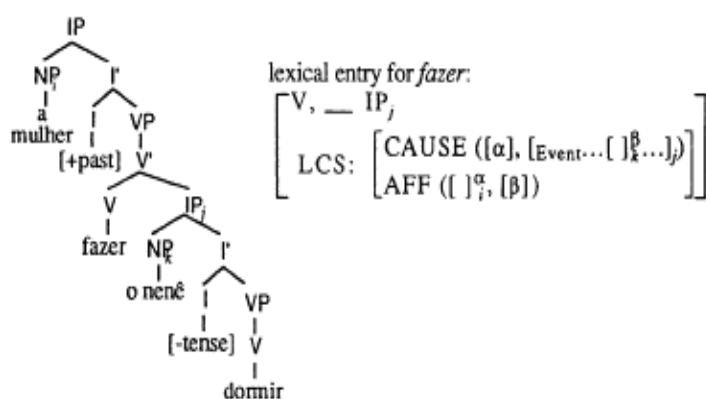


Figura 1 – Análise *backward control* (extraído de Farrell, 1995).

Farrell argumenta que as análises de ECM/alçamento (cf. Figura 2, abaixo) mostram-se insustentáveis porque, ao contrário do que se conclui a partir deste tipo de análise, o *causee* é um argumento semântico dos verbos causativos, e não sintático. Ou seja, para o autor, as análises em termos de ECM/alçamento não reconhecem as regras das propriedades semânticas do *causee*. Assumindo que o verbo causativo seleciona um argumento do tipo evento, não inclui, em sua grade argumental, o argumento *causee*.

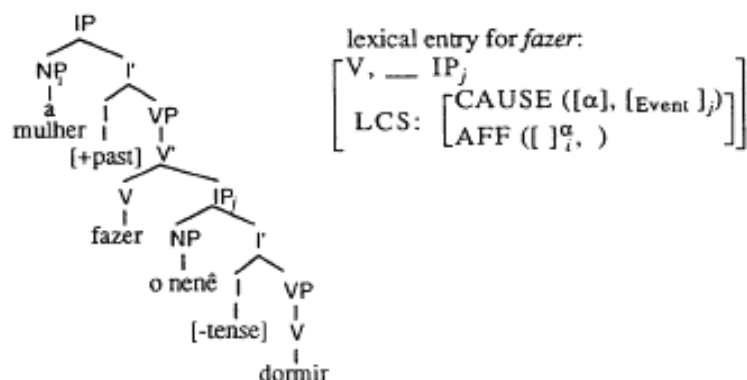


Figura 2 – Análise de ECM/raising (extraído de Farrell, 1995).

Farrell constrói uma proposta baseada na análise das propriedades semânticas do *causee* nas construções causativas e não trata das propriedades sintáticas dessas estruturas, postulando que elas dão conta da exigência de que o *causee* seja realizado na posição d sujeito do predicado causativo.

Conforme podemos observar nas projeções arbóreas presentes nas Figuras (1) e (2), para Farrell, ECM e *backward control*, são sintaticamente semelhantes: em ambas as estruturas, um núcleo V seleciona um IP. Ao analisarmos, porém, a entrada lexical de *fazer* nas Figuras (1) e (2), notamos que a diferença entre ECM e *backward control* está na especificação ou não do *causee* na estrutura semântico-conceitual da entrada lexical do verbo causativo. Na análise de ECM, (cf. Fig. (2)), a projeção da LCS do verbo causativo nos mostra uma *CAUSE* (*A mulher fez o nenê dormir*), que possui um *causer*, (*a mulher*), realizado como argumento externo do verbo causativo, e um evento (*o nenê dormir*).

Para determinar as propriedades semânticas do *causee* na estrutura conceitual, Farrell apresenta quatro argumentos, a saber: (i) a passivização do complemento subordinado afeta o *causee*, na interpretação, não sendo possível a paráfrase ativa/ passiva. Neste sentido, de acordo com o autor, (31a) e (31b) não são sinônimas, na medida em que o *causee* é interpretado como um participante afetado na ação denotada pelo verbo causativo; (ii) o verbo causativo tem um argumento *tema*, que não pode ser uma oração subordinada, conforme pode ser observado em (32); (iii) não pode ser um expletivo, conforme pode ser observado em (33b)¹⁶ e, por fim, (iv) o verbo causativo *mandar* impõe restrição semântica ao *causee*, que deve, necessariamente, ser [+ animado], conforme pode ser observado em (34).

16 O julgamento de (34b) e (35b) é controverso. Autores como Gonçalves (1999) aceitam tais construções, e é

- (31) a) Eu mandei/fiz o médico examinar a minha filha.
 b) Eu mandei/fiz a minha filha ser examinada pelo médico.
- (32) *O maracujá tem algum componente que faz [[IP tomar muito suco dele] dar sono].
- (33) a) [pro_{expl}] é óbvio que eu sou forte.
 b) *Aquilo faria [pro_{expl}] ser óbvio que eu sou forte.
- (34) *Ele mandou a minha temperatura aumentar.

Farrell posiciona-se contra a análise padrão de controle e argumenta que, se considerarmos, por exemplo, que o sujeito do verbo infinitivo na construção causativa é um argumento *tema* na LCSs do verbo causativo, teremos várias razões para propormos uma análise alternativa para o controle. As razões citadas por Farrell dizem respeito ao fato de que os verbos *mandar* e *fazer* não podem ser passivizados quando estão na construção causativa, conforme pode ser observado em (35b) e (36b).¹⁷ O *causee*, na construção causativa, pode ser realizado como pronome sujeito, e a evidência disto está no dado apresentado em (37).

- (35) a) A mulher fez o nenê dormir.
 b) *O nenê foi feito dormir.
- (36) a) Eu mandei o sapateiro consertar esse sapato.
 b) *O sapateiro foi mandado consertar esse sapato.
- (37) A professora mandou/fez eu apagar o quadro.

Citando Raposo (1981), Farrell observa que o *causee* na construção causativa pode, opcionalmente, ser determinado pela concordância do sujeito do verbo infinitivo - e ser realizado como sujeito - ou ser realizado como um clítico do verbo superior, conforme pode ser observado em (38) e (39), respectivamente.¹⁸ Entretanto, o autor ressalta que

possível demonstrar a ocorrência desse tipo de passivização em dados do português. Nosso julgamento é que a passiva, nesse caso, envolve um tipo de estranhamento, o que pode corroborar a análise de Farrell (1995).

17 O julgamento de (33b) também é controverso.

18 O julgamento de (34b) e (35b) é controverso. Autores como Gonçalves (1999) aceitam tais construções, e é

uma ocorrência bloqueia a possibilidade de a outra acontecer. Ou seja, a concordância de sujeito bloqueia a ocorrência do clítico objeto. Essa restrição impede a dupla marcação de Caso.

(38) O professor fez os alunos estudar(em) mais.

(39) O professor os fez estudar(*em) mais.

O autor ressalta ainda que a propriedade de linearização do verbo infinitivo é mantida quando esses verbos são subordinados na construção causativa. Por conta disto, em construções causativas com um verbo que ocupa a posição inicial, como é o caso dos inacusativos com sujeito inanimado, conforme pode ser observado em (40a), o *causee* pode vir projetado à direita do verbo infinitivo, conforme pode ser observado em (40b).

(40) a) Saiu muito sangue do corpo do ferido.

b) Aquilo fez sair muito sangue do corpo do ferido.

A análise de *backward control* proposta por Farrell para as construções causativas compreende o *causee*, no nível da LCS, como sendo tema dos verbos causativos *mandar/fazer*, e argumento sintático do verbo encaixado, realizado como nominativo e ligado anaforicamente na LSC do verbo causativo, conforme podemos observar na condição expressa em (41). Esta particularidade, conforme o autor, deve-se ao fato de que, na análise de *backward control*, os verbos *mandar* e *fazer* dentro das construções causativas são sintaticamente intransitivos, isto é, eles não selecionam objeto direto. Uma evidência para isto é o fato de estes verbos, assim como outros verbos intransitivos, não poderem ser passivizados (cf. (35) e (36)). Espera-se, portanto, de acordo com Farrell, que o *causee* seja projetado como sujeito no predicado encaixado.

(41) Condição de Ligação do causativo: dado um verbo causativo com um argumento paciente *p* e um argumento evento *e*, a relação de ligação existe entre *p* e a entidade em *e*.

possível demonstrar a ocorrência desse tipo de passivização em dados do português. Nosso julgamento é que a passiva, nesse caso, envolve um tipo de estranhamento, o que pode corroborar a análise de Farrel (1995).

Farrell afirma que, se ocorrer um clítico como *causee*, manifesta-s a marcação excepcional de caso (do inglês, *Exceptional Case Marking* – ECM). Isto significa que o verbo causativo passa a ter a propriedade de licenciar sintaticamente um objeto. Deixamos em aberto o questionamento sobre o fato de o verbo causativo ser ou não ser capaz de licenciar um objeto sintático.

Em nossa análise, a seguir, a proposta de Farrell será adaptada.

4.5 Construindo uma proposta para o PB

Conforme se verifica pela revisão da literatura, foram identificadas quatro tipos de estruturas causativas nas línguas naturais, a saber: causativas do tipo FI (causativa românica), causativas FP, causativas ECM e a causativa de controle reverso (*backward control*).

Para o PB, ficou demonstrado que o dativo OI é licenciado pela preposição *para*, logo, o esperado é que não se encontre estruturas como (42), nas quais o *causee* é licenciado pela preposição *a*, correspondendo ao tipo FI. Além disso, conforme observado em Borges (2008), não se trata de uma substituição lexical de *a* por *para*, uma vez que *para* não ocorre na configuração causativa, conforme ilustrado em (43). Contudo, o *causee* pode vir formalmente expresso pelo pronome átono, conforme ilustrado em (44).

(42) O João mandou comer a sopa *aos* meninos

(43) *O João mandou comer a sopa *para* os meninos.

(44) O João *me/te* mandou comer a sopa.

Cyrino (2010), discutindo a perda da subida do clítico no Português Brasileiro, sugere que tal fenômeno está associado à perda das construções do tipo FI. Considerando alguns autores, como, por exemplo, Martins (2006), Pagotto (2002), entre outros, a linguista nos mostra que, na diacronia do PB, as estruturas causativas foram as primeiras a passar por mudança, no que diz respeito à perda da subida dos clíticos. Deste modo, conforme a autora, as construções causativas do PB não são

mais estruturadas como predicados complexos, na forma ‘verbo causativo finito’ + ‘verbo infinitivo’ (sendo o predicado encaixado realizado em uma configuração C-T, em que T tem traços defectivos - configuração estrutural favorável para ocorrerem as construções do tipo FI.).

A autora mostra que a perda de FI afeta sentenças causativas do tipo (45) e (46). Em consequência, no PB moderno, ao invés de causativas FI, encontramos apenas *make-causatives*, as quais se caracterizam, de acordo com a autora, pelo fato de que, nessas sentenças, não se observa o fenômeno de ECM (em que a subida do clítico não é excluída, apenas o contraste entre a realização do *causee* como acusativo e dativo, conforme observado na seção 4.3). Assim, em relação às estruturas causativas do PB, propõe, assumindo as propostas de Farrell (1995) e de Hornstein (2003), que se referem à instância de “backward control”, outro tipo de construção, diferente das construções de ECM e FI, que, em síntese, significa “se um pronome está presente na oração encaixada, e é marcado como nominativo”.¹⁹ Essa proposição é representada pela estrutura em (47).

- (45) Pedro mandou-o sair.
- (46) Pedro mandou-lhe abrir a porta.
- (47) A menina mandou [ele sair].

Para endossar essa hipótese, ela considera a ocorrência no PB de dados como (48) e (49), em que, segundo a autora, a presença do pronome na posição de sujeito do verbo infinitivo, assim como a presença da negação no predicado encaixado na estrutura de controle, indicam que o núcleo T do predicado encaixado deixa de ter propriedades defectivas no PB, o que impede a formação do predicado complexo.

- (48) ...eu tentei **eu** enviar meu convite...
- (49) Eu estou **não** trabalhando com meu servidor

Torres Morais e Andrade Berlinck (2007) levantam a hipótese de que o PB teria

19 Conforme Cyrino (2010): “(...) if a pronoun is present in the lower clause: it is nominative marked, and it is anaphorically bound by a null category in the matrix clause”. (p. 1).

sofrido uma reanálise nas propriedades gramaticais da expressão morfológica do dativo, e, como consequência, passou a apresentar configurações gramaticais diferentes do PE. Conforme as autoras, "o PB se distância do PE, de forma marcante na língua falada, não só pelo uso preferencial da preposição *para*, como também pela ausência dos pronomes *lhe/lhes* em seu uso como 3ª pessoa" (p.39). As autoras acrescentam que o clítico dativo de 3ª pessoa está sendo substituído pela configuração preposicionada com os pronomes tônicos: *para ele/ela/eles/elas*.

Nossa hipótese é a de que o PB possui dois tipos de construções causativas: ECM e *controle reverso*. Nesse sentido, discordamos de Cyrino (2010), em que a configuração *controle reverso* substitui os demais tipos de causativa, em virtude da mudança na composição de traços da categoria T infinitivo (que deixa de ser defectivo). Nossos dados demonstram que a presença da configuração de *controle reverso* não exclui a presença de ECM (embora seja possível demonstrar que a construção FI não está disponível no PB).

Em relação à perda da construção FI, seguimos Borges (2008) (e outros autores), que propõe que as construções causativas do PB estão associadas (i) à perda da sintaxe do dativo realizado pela preposição *a* e pelo pronome *lhe* (3ª pessoa) e (ii) à reanálise do complexo verbal, que dá lugar a uma estrutura bi-oracional. Isto ratifica a hipótese de que o PB não possui causativas do tipo FI.

Conforme mencionado, Cyrino (2010) argumenta que (i) o PB não possui a causativa 'românica'/ FI, porque a língua possui um sistema de Concordância e Tempo (C-T), em que T deixa de ser defectivo, o que impede a reestruturação dos predicados envolvidos, com consequências para a perda da subida do clítico. Assim, no PB, é possível encontrar apenas as causativas 'make-causative', em que o *causee* é realizado como nominativo em uma configuração de *controle reverso*, sendo realizado no predicado encaixado, e controlado por uma categoria nula na posição de objeto do predicado da matriz.

Diferentemente, defendemos que o PB possui construções causativas do tipo ECM, em que o *causee* recebe Caso acusativo do verbo da matriz (e o predicado encaixado é um TP), o que se confirma em construções com o pronome oblíquo de 1ª pessoa, conforme pode ser observado em (50). Nesse caso, não só é evidente a subida do clítico, como também a marcação do caso acusativo no pronome 'me'.

(50) João me fez comer o doce

Defendemos também que o PB possui construções causativas do tipo *controle reverso* (conforme FARREL, 1995; CYRINO, 2010) (cf. 39). Essa distinção é determinada pela cisão no sistema pronominal do PB: clíticos pronominais de 1ª e 2ª pessoa não ocorrem na configuração *controle reverso*, podendo ser instâncias tanto de FI quanto de ECM, enquanto pronomes nominativos nunca ocorrem na configuração FI, mas podem ocorrer tanto na configuração ECM quanto na configuração *backward control*, sendo ainda possível a estrutura com o infinitivo flexionado (doravante Causativa Inf-Flex).

Em estudo prévio, Pereira e Salles (2012) apresentam evidências sintáticas de que o PB manifesta a reestruturação de predicados, diante da ocorrência de verbos causativos (e perceptivos), com clíticos pronominais (conforme ilustrado em (50)). Nosso argumento é o de que, embora haja restrições independentes para a subida do clítico em outras configurações (como no caso de **João me quer ver/ João quer me ver*), a subida de clíticos continua a ocorrer na perífrase causativa no PB.

Propomos que, na configuração causativa (mono- oracional), o núcleo funcional ‘v’ está ativo tanto no verbo causativo, quanto no verbo encaixado (*João [v me [mandou...[v te [ver]]]*), o que permite o licenciamento de categorias referencialmente independentes, enquanto, nas demais perífrases, somente o ‘v’ encaixado está ativo (**João me quer ver/ João quer me ver*). Em línguas com a subida do clítico, ocorre a formação de uma cadeia argumental com o ‘v’ mais alto.

Na 3ª pessoa, diante da cisão no sistema pronominal no PB (cf. Capítulo 3), os clíticos pronominais ‘o(s)/a(s)’ e ‘lhe(s)’ não estão disponíveis, apenas o pronome forte *ele(s)/ela(s)*. Assim, na 3ª pessoa, o *causee* não pode ser licenciado na causativa FI. Sendo um pronome forte, é realizado na posição de sujeito do predicado subordinado. Duas opções de licenciamento estão disponíveis:

- A causativa ECM – em que o *causee* é licenciado pelo ‘v’ da matriz, e recebe o caso acusativo, mediante a formação de um predicado complexo, em que o predicado causativo seleciona um TP (exatamente como nos casos de ECM com verbos como *believe*, do inglês – cf. Chomsky 1986, entre muitos outros);
- A causativa de *controle reverso* – em que o *causee* recebe o caso nominativo e

é licenciado pelo IP do predicado subordinado, com o infinitivo flexionado, o que pressupõe que o predicado encaixado é um CP; nesse caso, o *causee* é licenciado em uma cadeia anafórica com o argumento interno (implícito) do predicado causativo na matriz, não havendo a formação de um predicado complexo, já que o predicado encaixado é um CP.

Em relação à 3ª pessoa do singular, as construções são estruturas ambíguas, já que não existem marcas morfológicas no paradigma flexional do infinitivo (cf. (50)/ (51)) – o pronome pode ser licenciado pelo ‘v’ do verbo causativo ou pelo I do predicado encaixado, supondo-se que é o morfema zero do paradigma do infinitivo flexionado; na 3ª pessoa do plural, a presença da flexão no infinitivo confirma que o pronome é licenciado no predicado subordinado:²⁰

(51) João fez/ mandou/ deixou o menino comer o doce.

(52) João fez ele comer o doce.

(53) João fez eles comerem o doce.

Nesse sentido, em relação à subida do clítico, as construções causativas, ao invés de serem o ‘trigger’ da mudança, são o contexto que se mantém resistente à mudança. Isso não exclui que a estrutura ECM seja licenciada pela gramática, como se confirma pela coexistência dessas construções nos dados do PE e do PB.

As condições que determinam a escolha das opções disponibilizadas pela GU não são objeto do presente estudo, embora seja possível supor que as propriedades relacionadas à flexão do infinitivo estejam sob variação paramétrica, conforme propõe Cyrino (2010). Outros fatores são postulados no estudo de Salles & Pilati (2012), em que a ocorrência da causativa ECM e da causativa Inf-Flex é determinada por propriedades ligadas ao licenciamento da ordem dos termos na estrutura subordinada.

²⁰ A possibilidade de um sujeito no plural e o verbo no singular (cf. i) está associada ao dialeto em que o paradigma do infinitivo flexionado é totalmente ausente. Nesse sentido, não se trata de ambiguidade em relação a duas possibilidades de licenciamento como no caso da 3ª pessoa do singular em oposição à 3ª pessoa do plural. A hipótese nula é a de que a estratégia ECM generaliza-se para todas as pessoas do discurso. Não excluimos a hipótese de que a estratégia do controle reverso seja mantida (de forma generalizada), com o sujeito nominativo no predicado subordinado licenciado por um sistema de traços abstratos, sem o correlato morfológico do paradigma flexional.

4.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, buscamos mostrar as propriedades da sintaxe do dativo na estrutura causativa.

Na primeira seção, apresentamos as propriedades da causativa românica, isto é, as estruturas que ocorrem em uma configuração na qual o verbo causativo vem acompanhado do verbo subordinado no infinitivo, manifestando as seguintes características morfosintáticas: (i) se o verbo no infinitivo é intransitivo, é seguido do *DP* interpretado como *causee*, o qual manifesta propriedades morfosintáticas de objeto direto/acusativo, (cf. (1)); se o verbo no infinitivo é transitivo, o argumento interno ocorre adjacente ao verbo no infinitivo, e o argumento interpretado como *causee* ocorre na segunda posição, portanto, não adjacente, e é realizado como um objeto indireto encabeçado pela preposição *a*, (cf. (2)).

Relendo Kayne (1975) e Guasti (1996), mostramos, sem nos aprofundarmos, que, a depender de qual categoria licencia o *causee*, a causativa românica pode ser classificada em FI e FP. Tanto no italiano quanto no francês, as construções causativas com o verbo encaixado transitivo, podem ser construídas (i) com o *causee* realizado como um dativo – FI – introduzido pela preposição ‘*a*’ (cf. (3) e (5)) e (ii) com o *causee* realizado como uma função oblíqua – FP – introduzido pela preposição ‘*para*’ (cf. (4) e (6)).

Seguindo Bittencourt (1995), mostramos que o PE também demonstra contrastes entre as construções FI e FP, desde períodos diacrônicos mais remotos (cf. (8)).

Resenhando Gonçalves (1999), observamos que o PE também manifesta a causativa ECM. Nessas construções, o DP interpretado como *causee* ocupa a posição pré-verbal e é marcado como acusativo pelo verbo causativo no domínio superior. De acordo com essa análise, o núcleo I da oração encaixada, por não possuir flexão, não pode verificar o Caso nominativo, que, então, é licenciado excepcionalmente com o Caso acusativo pelo verbo causativo. Por essa razão, o *causee* é realizado na posição de sujeito do verbo infinitivo, mas tem acesso aos traços de Caso acusativo do verbo mais alto e não pode ser substituído pela forma nominativa do pronome pessoal, tipicamente associada à relação gramatical de sujeito.

Comparando as propriedades da causativa ECM com a causativa FI percebemos que:

- ECM: o *causee* **precede** o verbo; o mesmo constituinte, quando cliticizado, apresenta-se apenas sob a forma **acusativa**; não autoriza o movimento longo do objeto e autoriza o funcionamento da negação na posição de operador de negação frásica no predicado encaixado.
- FI: o *causee* **sucede** o verbo; se pronominalizado, ocorre no domínio sintático do verbo causativo e manifesta o caso acusativo se o verbo encaixado for intransitivo, e o caso dativo se esse verbo for transitivo; autoriza o movimento longo do objeto e não autoriza o funcionamento da negação na posição de operador de negação frásica no predicado encaixado.

Demonstramos que existem, no PB, causativas em que o ‘*causee*’ é um clítico de 1ª e 2ª pessoa, o qual é realizado (obrigatoriamente) no domínio do predicado causativo (cf. (26)), o que nos permite concluir que a reestruturação está presente no PB (cf. (27)). Isso demonstra a presença da reanálise do sistema de pronomes complementos no PB, o que sugere uma cisão – 1/2 pessoas *versus* 3 pessoa: clíticos *versus* pronome forte.

Outro tipo de estrutura causativa analisada neste capítulo é a causativa *backward control*, proposto por Farrell (1995). Diferentemente da causativa FI e ECM, nessa causativa o *causee* checa Caso Nominativo.

Baseando-se na ideia de LCS de Jackendorf (1977), Farrell propõe que na causativa *backward control*, o argumento controlado aparece em uma posição mais alta que o argumento controlador. Conforme o autor, na análise *backward control*, (cf. Fig. (1)), a projeção da LCS do verbo causativo possui uma CAUSE, (*A mulher fez o nenê dormir*), que tem um *causer*, (*a mulher*), e um evento, (*o nenê dormir*). Este evento tem uma posição vazia, que prevê a realização do *causee*, argumento tema/paciente do verbo causativo. Assim, o AFF, nesta análise, especifica um *causer* e um *causee*, neste caso, (*a mulher*) e (*o nenê*), respectivamente.

Discordando de Cyrino (2010), quanto à proposta de que a configuração *backward control* substitui os demais tipos de causativa, em virtude da mudança na composição de traços da categoria T infinitivo (que deixa de ser defectivo), defendemos que a configuração *backward control* não exclui a presença de ECM.

Tendo em vista o quadro teórico delineado no capítulo 2; considerando a definição e a

apresentação das propriedades sintáticas do dativo no PB a partir da perspectiva da variação e da mudança linguística no capítulo 3 e considerando o estudo da sintaxe do dativo na estrutura causativa, mais especificamente a causativa do PB, defendemos que duas opções de licenciamento estão disponíveis na língua:

- A causativa ECM – o *causado* é licenciado pelo ‘v’ da matriz, e recebe o caso **acusativo**, mediante a formação de um predicado complexo, em que o predicado causativo seleciona um **IP** – subida do clítico;
- A causativa de *controle reverso* (**BC**) – em que o *causado* recebe o Caso nominativo e é licenciado pelo **TP** do predicado subordinado, com o infinitivo flexionado (na 3ª pessoa do plural), em que o predicado encaixado é um **CP**;

A argumentação desenvolvida neste capítulo permite-nos chegar às seguintes conclusões sobre a causativa do PB, conforme pode ser observado no Quadro 4:

TIPO DE CAUSATIVA	ORDEM DO CAUSEE	PROPRIEDADES
ECM	V. CAUSATIVO + CAUSEE + V. INFINITIVO <ul style="list-style-type: none"> • João mandou Pedro comer o bolo. • João me mandou comer o bolo. 	<ul style="list-style-type: none"> • O CAUSEE licenciado por v da matriz; • O CAUSEE checka Caso Acusativo; • Quando cliticizado (me/te), o CAUSEE fica acima de v causativo; • O predicado encaixado é um TP.
BC	V. CAUSATIVO + CAUSEE + V. INFINITIVO <ul style="list-style-type: none"> • João mandou ele comer o bolo. 	<ul style="list-style-type: none"> • O CAUSEE licenciado por I do predicado encaixado; • O CAUSEE checka Caso Nominativo; • O predicado encaixado é um CP.

Quadro 4 – As causativas do PB e suas propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou estudar as propriedades sintáticas e semânticas das construções causativas e sua relação com a sintaxe do OD e OI dativo do PB, procurando, principalmente, estabelecer quais traços formais atuam no licenciamento de estruturas causativas, considerando as condições que determinam a variação entre a causativa com dativo preposicionado (OI) e a causativa com o *causee* não- preposicionado, a qual pode manifestar-se em uma estrutura de ECM ou de controle reverso.

Em relação à configuração sintática que assume a causativa do PB, confirmamos que, de fato, a estrutura [verbo causativo + *causee* + verbo infinitivo] tem um papel bem relevante, pois essa é a configuração mais produtiva para a realização do *causee*. Outra possibilidade, também confirmada, é a realização do *causee* como clítico de 1ª e 2ª pessoa, o que torna obrigatória a realização do pronome no domínio sintático do verbo, configurando-se a subida do clítico e seu licenciamento na configuração ECM. Diante dessas construções, julgamos não procedente a análise que considera a perda do fenômeno da reestruturação como o motivador para perda das causativas do tipo FI e FP (cf. CYRINO 2009), ficando confirmada a hipótese formulada em PEREIRA e SALLES (2010) de que as construções causativas, no PB, apontam para a existência de dois tipos de construção: uma com reestruturação dos predicados (ECM) e outra sem reestruturação (BC).

Tomando por base a cisão no sistema pronominal do PB, propusemos, então, que o PB possui as causativas do tipo ECM e de *controle reverso*, que se diferenciam pelas características sintáticas que o *causee* assume: se ECM, será realizado como clítico (de 1ª e 2ª pessoa), e checará Caso acusativo com o verbo causativo; se *backward control*, ele assumirá traços de Caso nominativo, que será checado na posição de sujeito do verbo infinitivo, que não é totalmente empobrecido, pois possui traço de [+plural]. Nessa configuração, pressupõe-se que o predicado encaixado é um CP, diferentemente da configuração ECM, em que a projeção do predicado encaixado é reduzida (cf. Wurmbrand 2001).

Esperamos que a busca de uma definição clara dos tipos de construções causativas existente no PB, bem como o levantamento de quais categorias sejam relevantes para o entendimento de sua ocorrência, com o que já nos comprometemos, dê margem a trabalhos futuros que contribuam para a caracterização destas estruturas, o que, por sua vez, serviria tanto à distinção em relação às construções existentes no PE quanto no italiano e francês. Com esse

movimento, partindo do conhecimento das propriedades da nossa língua, seria possível entendermos mais sobre o mecanismo universal das línguas em relação a essas duas construções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. L. (2010) *A subida de clíticos em português: Um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. Campinas: UNICAMP, 2010. 360f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BITTENCOURT, V. O. (1995) *Da expressão da causatividade no Português do Brasil: uma viagem no túnel do tempo*. São Paulo: PUC-SP, 1995. Tese (Doutorado em Estudo de Línguas). Instituto de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

BORGES, D. C. (2008) *Construções causativas na diacronia do Português do Centro Oeste. Séculos XVII a XX*. Brasília: UnB, 2008, 139p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2008.

CAMPOS, E. A.. (2010) *O dativo de terceira pessoa no português culto falado em Belém. 2010*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-26042010-143951/>>. Acesso em: 2013-06-23.

CAVALCANTE, R; FIGUEIREDO, C. (2009) Complementos verbais diretos e dativos. In: LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson (Orgs.). *Africa à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 90-137. (co-autora: com Cristina Figueiredo).

CHOMSKY, N. (1957). *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____ (1981). *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht, 1981.

_____ (1986). *Knowledge of language: is nature, origin and use*. New York: Praeger.

_____ (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

_____ (1998). *Linguagem e Mente: Pensamentos Atuais sobre Antigos Problemas*. Brasília: UnB, Primeira Palestra, 1998.

_____ (2005). *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____ (2008). *New Horizons in the Study of Language*. In: The essential Chomsky. Edited by Anthony Arnone. The New Press: United States of America, 2008. Disponível em: <<http://www.bendyglu.domainepublic.net/archives/chomsky%20reader/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2010. pg. 285 a 299.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CYRINO, S. M. L. (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In Ian Roberts & Mary Kato. Eds.. *Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora de UNICAMP.

_____. (2010) On complex predicates in Brazilian Portuguese. *Iberia. An International Journal on Theoretical Linguistics* Vol. 2.2, p. 1-21.

DANTAS, M. A. M. (2007) A configuração do dativo de terceira pessoa no português do Brasil e no português europeu com enfoque na fala do fortalezense culto. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-31012008-102247/>>. Acesso em: 2013-06-23.

FARRELL, P. 1995. Backward Control in Brazilian Portuguese. *ESCOL. CLC Publications*. 95: 116–127

GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GOMES, C. A. (2003). Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: Maria da Conceição de Paiva; Maria Eugênia Lamoglia Duarte. (Org.). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. 1ed. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2003, v. 1, p. 81-96.

GONÇALVES, A. (1999) *Predicados complexos verbais em contexto de infinitivo não preposicionado em Português Europeu*. Dissertação (Doutorado em Linguística). Universidade de Lisboa. Portugal, 1999.

GUASTI, M. T. (1996) Semantic restrictions in romance causative and the incorporation approach. *Linguistic Inquiry*, vol. 27, n2, pp. 294-313.

HORNSTEIN, N., NUNES, J. & GROHMANN, K. (2005) *Understanding Minimalism*. New York: Cambridge University Press. Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KAYNE, R. S. (1975) *French syntax: The transformation cycle*. Cambridge, Mass: MIT Press.

KROCH, A. (2003) Syntactic Change. In Baltin, Mark and Collins, Chris (eds) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Blackwell. 2001. Traduzido por Silvia de Oliveira Cavalcante. "Mudança sintática". Em: <http://www.ling.upenn.edu/kroch>. 2003.

MATEUS, M. H. M. et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

- MATTOS e SILVA, R. V. (2008) Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da língua(s). *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 3, p. 39-53, 2008.
- MORAIS, M. A. T. ; SALLES, H. M. M. L. A. (2010). Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus* (Dordrecht), v. 22, p. 181-209, 2010
- NASCIMENTO, A. M. (2007). *A variação na expressão do dativo em variedades linguísticas rurais goianas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás.
- NAVES, R. R. & PILATI, E. (2013) Cisão da categoria pronominal, transferência de traços de C para T e a expressão do sujeito no português brasileiro. Moura, D. *Estudos de gramática gerativa*. EdUFAL.
- NOONAN, M. (1985) Complementation. In: SHOPEN, Timothy (org). *Language typology and syntactic descriptions - Vol II Complex constructions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEREIRA, M. B. (2012). A sintaxe inovadora do objeto indireto no português brasileiro. In: Anais do Encontro do CELSUL, 10, 2012, Cascavel, PR. CORBARI, Alcione Tereza (Org.) Disponível em :<http://www.celsul.org.br/Encontros/10/artigos/ManoelBomfimPereira.htm>>. Acesso em 23 junho 2013.
- PEREIRA, M. B; SALLES, H. M. L. (2011). Causativas no Português Brasileiro contemporâneo: especificidades do verbo deixar. In: *Anais do I Congresso Nacional de Estudos Linguísticos*. v. 1, n. 1. Vitória, ES: 2011, p. 1-4
- RABELO, P. (2010) *Argumentos EPP Nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitivos*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.
- RAMOS, J. M. (1992) *Marcação de caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1992. Inédito.
- RAPOSO, E. Some observations on the pronominal system of Portuguese. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 6, p. 59-93, 1998.
- ROBERTS, In. (2007). *Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SALLES, H. M. L. & PILATI, E. (2012). Correlações entre a ordem dos termos na oração e a sintaxe de construções causativas na diacronia do português. *Comunicação ao Encontro Nacional do GT-TG*. Maceió, AL.
- SALLES, H. M. M. L. A. ; RAMOS, J. (2012). Sintagmas oblíquos em configurações bitransitivas no português brasileiro. 2012. Comunicação II Congresso Internacional de Linguística História, em homenagem a Ataliba Castilho.

TORRES MORAIS, M. A. & BERLINCK, R. A. (2007) “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: Ataliba Teixeira de Castilho; Maria Aparecida T. Morais; Ruth E. V. Lopes; Sonia M.L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, 1 ed. Campinas/São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007, v. 1, p. 61- 74.

WURMBRAND, S. (2001) *Infinitives: restructuring and clause structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001. York: Praeger.